

BRAIMA MENDES

**A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA NO
PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO: O CASO
DA GUINÉ-BISSAU**

Orientador: Prof. Doutor Fernando Rui de Sousa Campos

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2024

BRAIMA MENDES

**A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA NO
PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO: O CASO
DA GUINÉ-BISSAU**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, no dia 9 de maio de 2024, perante o júri, com o Despacho de Nomeação n.º 732/2024, de 28 de fevereiro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Vasco Rato

Arguente: Prof. Doutor Marcos Farias Ferreira (ISCSP Universidade de Lisboa)

Orientador: Prof. Doutor Fernando Campos

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2024

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu pai, João Bico Mendes, que já não se encontra neste planeta, obrigado pelos conselhos e encorajamentos.

A todos professores/as, desde a escola primária até ao mestrado, estou grato pelos ensinamentos, graças ao vosso apoio consegui ultrapassar vários obstáculos e desafios que a vida me colocou.

Agradecimentos

Começo por agradecer a Deus por me dar a vida e saúde. Também agradeço aos meus pais por me terem criado desde o meu nascimento, apoiando-se até quando deixei a Guiné-Bissau com destino a Portugal, com o objetivo de aumentar os meus conhecimentos científicos.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Fernando Rui de Sousa Campos, que carinhosamente, pacientemente e sabiamente, me orientou e me incentivou a prosseguir com esta pesquisa. A forma como fez sugestões, a sua dedicação e a alegria, despertaram o espírito de aprender e ser cada dia melhor.

Expresso os meus agradecimentos à minha esposa, Mónica António Tingú Mendes, aos meus filhos, pelo carinho e apoio que tenho recebido para concretização deste trabalho e pela compreensão nos momentos difíceis.

A todos os professores que me deram aulas durante a parte curricular e aos meus colegas, a minha profunda gratidão.

Também o meu muito obrigado vai para Universidade Lusófona-Centro Universitário de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração e Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais pela oportunidade e a confiança que depositaram em mim.

Seria ingrato se não agradecesse aos meus irmãos pelo apoio que recebi para concretizar este trabalho, especialmente, Lourenço Mendes, Bernardo Mendes, Nelson Mendes e José Mendes.

Também agradeço, particularmente, aos meus colegas do ensino secundário, da Universidade Jean Piaget/Benholo e outros amigos pela ajuda, compreensão, carinho e incentivo que tenho recebido durante este período.

Por fim, a todos que acreditam na mudança da governação guineense.

Resumo

A diplomacia tem desempenhado um papel muito importante no processo de desenvolvimento, contribuindo de forma significativa para a economia mundial e para a resolução de problemas políticos comuns e conflitos. Além disso, promove as relações entre Estados-membros e contribui para o progresso e desenvolvimento em todo o mundo.

Neste estudo, analisamos o papel da diplomacia no processo do desenvolvimento no contexto africano, em particular o caso da Guiné-Bissau.

Desta análise, constata-se que, de um modo geral, a diplomacia contribui pouco para o processo de desenvolvimento do continente africano, seja pelos fatores de má governação ou corrupção. O uso dos financiamentos externos para fins que não o desenvolvimento, tornou-se uma prática nos Estados pós-coloniais. Na Guiné-Bissau, a pobreza continua presente, há vítimas de conflitos civis e sucessivos golpes de Estado. A diplomacia guineense torna-se ineficiente para os próprios políticos, quando estes são vítimas de violação dos direitos humanos e não sabem materializar o desenvolvimento através de uma gestão eficaz dos projetos concretos, recorrendo à política externa como principal auxílio do desenvolvimento. Entende-se, assim, que a política interna da Guiné-Bissau se repercute numa diplomacia ineficaz.

Palavras-Chaves: Guiné-Bissau; CEDEAO; Diplomacia; Desenvolvimento

Abstract

Diplomacy has played a very important role in the development process, making a significant contribution to the global economy and the resolution of common political problems and conflicts. Furthermore, it fosters relations between member states and contributes to progress and development worldwide.

In this study, we analyze the role of diplomacy in the development process within the African context, particularly focusing on the case of Guinea-Bissau.

From this analysis, it is evident that, in general, diplomacy contributes little to the development process in the African continent, whether due to factors such as poor governance or corruption. The use of external financing for purposes other than development has become a common practice in post-colonial states. In Guinea-Bissau, poverty persists, and there are victims of civil conflicts and successive coups. Guinean diplomacy becomes inefficient for the politicians themselves when they are victims of human rights violations and are unable to realize development through effective project management, relying on foreign policy as the primary means of development assistance. Thus, it is understood that Guinea-Bissau's domestic policy has a detrimental effect on its diplomacy.

Keywords: Guinea-Bissau; ECOWAS; Diplomacy; Development

Lista de Siglas

ACP Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico

ANEME Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas E Eletromecânicas

ANP Assembleia Nacional Popular

BCEAO Banco Central dos Estados da África Ocidental

BM Banco Mundial

CAIC Complexo Agroindustrial de Cumeré

CEE Comunidade Económica Europeia

CEDEAO Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEGFA Chefe de Estado General das Forças Armadas

CONCP Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CCP Configuração Específica da Comissão

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CR-GB Constituição da República da Guiné-Bissau

DENARP Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

DPPA Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas

ECOMIB Força de Interposição dos Estados da África Ocidental

ECOMOG Grupo de Monitorização de Cessar-Fogo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

ECOSOC Conselho Económico e Social das Nações Unidas

EUA Estados Unidos da América

FCP Fundo de Consolidação da Paz

FMI Fundo Monetário Internacional

FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique

GALP Empresas Combustíveis de Eletricidade e Gás

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INE Instituto Nacional de Estatística

INTERPOL Organização Internacional de Polícia Criminal

MADEM-G15 Movimento para Alternância Democrática

MEPIR Ministério da Economia do Plano e Integração Regional

MNEC Ministro de Negócios Estrangeiro e da Cooperação

MOE Missão de Observação Eleitoral

MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola

NHAI Unidade de Montagem de Veículos

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OCI Organização da Conferência Islâmica

OIF Organização Internacional da Francofonia

OMC Organização Mundial do Comércio

ONU Organização das Nações Unidas

OUA Organização da Unidade Africana

PAIGC Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde

PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PMA Países Menos Avançados

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDH Relatório de Desenvolvimento Humano

RENAMO Resistência Nacional Moçambicana

RGPH Recenseamento Geral da População e Habitação

SAB Setor Autónomo de Bissau

UA União Africana

UDEMU União Democrática das Mulheres

UE União Europeia

UEMOA União Económica e Monetária da África Ocidental

UNIOGBIS Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

UNITA União Nacional para Independência Total de Angola

UNTG União Nacional dos Trabalhadores da Guiné

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE Zona Económica Exclusiva

Índice

Introdução	1
Capítulo I – A Diplomacia e Desenvolvimento	4
1.1. Conceito de Diplomacia	4
1.2. Conceito de Desenvolvimento	7
1.3. Relação entre Diplomacia e Desenvolvimento	10
1.4. A problemática do desenvolvimento: o caso da África lusófona.....	13
1.5. Fatores que obstaculizam o processo de desenvolvimento no continente africano	16
Capítulo II- Lugar e o papel da Guiné-Bissau nas relações com a CEDEAO	20
2.1 Criação e objetivos da CEDEAO.....	20
2.2. Enquadramento da diplomacia económica e política da CEDEAO.....	22
2.3. Diplomacia da Guiné-Bissau nas relações económicas, políticas e comerciais com a CEDEAO	24
2.4. Perspetiva sobre a Diplomacia da Guiné-Bissau na CEDEAO.....	28
2.5. Avanço e recuo no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.....	31
2.6. Diplomacia: o papel da CPLP em momentos de crises na Guiné-Bissau.....	35
Capítulo III- Política externa do Estado Guineense.....	41
3.1. Caracterização geográfica, política, económica e sociocultural da Guiné-Bissau.....	41
3.2. Enquadramento da política externa guineense	44
3.3. Diplomacia da Guiné-Bissau	49
3.4. Breve Análise sobre história da Diplomacia Guineense.....	52
3.5. Esforços da Comunidade Internacional na busca de paz na Guiné-Bissau	56
3.6. Parceiros Externos para ajuda ao desenvolvimento da Guiné-Bissau	61
3.6.1. A relação entre a Guiné-Bissau e a União Europeia	63
3.6.2. A atuação da Guiné-Bissau junto à União Africana.....	64
3.6.3. Parceiros Externos entre a Guiné-Bissau e às Nações Unidas	65
3.6.4. Os parceiros da Guiné-Bissau junto ao Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.....	67
Conclusão	70
Referências Bibliográficas	73

Introdução

O processo de desenvolvimento da diplomacia confunde-se com a atividade internacional dos Estados que, durante séculos, representaram principalmente a consecução dos interesses nacionais, delineados no âmbito da política externa e executados noutros lugares, através de representações consulares e diplomáticas (Bueno, Freire & Oliveira, 2017). A diplomacia, desde a antiguidade remota, constituiu um importante instrumento de promoção dos interesses dos Estados e consolidou-se como um mecanismo relevante de resolução pacífica de controvérsias nas relações internacionais (Borges, 2020).

O mundo atual é caracterizado por conflitos e divergências entre nações, devido a estes fenómenos, os Estados e as organizações internacionais e regionais, são obrigados a utilizar meios e conjuntos de mecanismos de solução desses conflitos. Entretanto, surge a diplomacia, que é um meio de resolver conflitos que permite a tolerância, a pacificação, a reconciliação e o consenso das posições partilhadas pelas partes envolvidas, as quais se manifestam num acordo (Chidumbo, 2015).

A diplomacia, sendo um dos instrumentos pacíficos e imprescindível da política externa, tem desempenhado um papel relevante nas relações internacionais e no desenvolvimento dos Estados, ela é utilizada nos vários domínios das políticas que os Estados adotam para a consecução dos seus interesses, esses podem ser políticos, económicos, culturais, técnico-científicos, entre outros (Adesina, 2017).

Desta forma, verifica-se que vivemos num mundo global e interdependente, no qual, todos os aspetos da nossa vida passam por uma negociação, em qualquer domínio, seja no âmbito económicos político, técnico-científico ou sociocultural.

Assim sendo, a presente dissertação tem como objetivo fazer uma abordagem sobre a importância da diplomacia no processo de desenvolvimento, sobretudo no caso da Guiné-Bissau. Desta forma, procura descrever-se como a diplomacia tem ajudado o governo guineense a superar as suas dificuldades dentro das organizações internacionais, de modo a oferecer um melhor nível de vida às suas populações e, posteriormente, explicar como a própria diplomacia tem sido utilizada para promover o Estado guineense em volta da comunidade internacional.

Atendendo ao referido, resulta a seguinte pergunta geral de investigação: *De que forma a diplomacia contribui para o governo guineense superar as suas dificuldades dentro das organizações internacionais?*

Metodologia da Investigação

Com o foco na metodologia da investigação Fonseca (2002, p. 11) refere que “o método da pesquisa significa organização, e logo, estudo sistemático, pesquisa, investigação, ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência”. Neste caso, considerando a pergunta que orientou a investigação, o presente estudo é de natureza qualitativa, dado que, neste tipo de abordagem, o investigador pretende aprofundar a compreensão dos fenómenos que analisa, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações e relações lineares de causa e efeito (Terence & Filho, 2006).

Alinhado com a natureza qualitativa desta investigação, optou-se pelo estudo da importância da diplomacia no processo do desenvolvimento, nomeadamente do caso da Guiné-Bissau. Neste sentido, esta dissertação destina-se a analisar, no caso da Guiné-Bissau, a importância da Diplomacia no processo do desenvolvimento, e os desafios que enfrenta em torno das organizações internacionais, sobretudo no âmbito da diplomacia económica, política e sociocultural, relativamente aos projetos de desenvolvimento.

De facto, a trajetória política da Guiné-Bissau tem sido marcada por vários episódios da instabilidade política, com sucessivos conflitos armados. Desde a independência, a Guiné-Bissau vive um clima de crise e instabilidade, que tem levado a sucessivos golpes de Estado e guerra civil. Portanto, a sua relação diplomática com as organizações internacionais está, em parte, direcionada para o processo do desenvolvimento e a resolução de conflitos.

Assim, a escolha pelo Estudo de Caso deve-se ao facto de ser um método que investiga em profundidade um fenómeno atual, no seu contexto da vida real, “quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes, e pode ser conduzido para um de três propósitos básicos: explorar, descrever e explicar” (Yin, 2009, p. 78),

Sucintamente, para compreender a realidade da diplomacia guineense, recorre-se a diversos métodos que permitem uma análise abrangente. O método Analítico-Sintético permite a leitura e síntese dos conteúdos das bibliografias usadas. O método hipotético-dedutivo auxilia na procura da verdade, eliminando o que é falso. O método dialético possibilita o confronto de conceitos verdadeiros com outras realidades e teorias, visando a obtenção de novas conclusões. O método histórico ajuda a investigar

acontecimentos do passado para verificar a sua influência na sociedade contemporânea. Por fim, o método Comparativo é útil para comparar a realidade atual da sociedade guineense com outros contextos (Alker, 1980).

Estrutura da Dissertação

Para além da introdução, a presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo trata da diplomacia e o desenvolvimento, aludindo o conceito da diplomacia e desenvolvimento, relação entre a diplomacia e o desenvolvimento e problemática do desenvolvimento da África lusófona, e analisam-se os fatores que obstaculizam o processo de desenvolvimento no continente africano

O segundo capítulo ocupa-se do Lugar e o papel da Guiné-Bissau nas relações com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e o papel da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e da CEDEAO em momentos de crises, assim como a perspetiva sobre a diplomacia da Guiné-Bissau na CEDEAO, se o país conseguiu atingir algumas metas traçadas pelas Comunidades, através da sua diplomacia para desenvolver ou satisfazer as necessidades do povo.

No terceiro capítulo faz-se o enquadramento da política externa guineense, a sua caracterização geográfica, breve análise sobre a história da diplomacia guineense e aludem-se os esforços da Comunidade Internacional na busca de paz na Guiné-Bissau e os seus Parceiros Externos para ajuda ao desenvolvimento, e os resultados da pesquisa que vão de acordo com os objetivos estabelecidos neste estudo.

No que diz respeito à justificação do tema, o motivo da escolha deste tema fundamenta-se sobretudo na importância da diplomacia no processo do desenvolvimento.

Capítulo I – Conceito de Diplomacia

O conceito de uma determinada área, é indispensável sobretudo quando abordamos assuntos de natureza científica. Neste sentido, “o núcleo duro do conceito de diplomacia reside no relacionamento entre Estados soberanos ou entre entidades com personalidade jurídica internacional.” (Mongiardim, 2007, p.31).

A diplomacia assume dois momentos diferentes na história e nos objetivos, sobretudo da sua atuação, sendo que até aos anos 80 a diplomacia tinha uma forma de atuação mais clássica e o seu principal foco eram as questões políticas, estratégicas e militares para o Estado Soberano. Segundo Frigo (2008, p.24) descreve, a diplomacia é um “conjunto de atividades, de práticas, de documentos e de formalidades relativas às trocas e às negociações entre os Estados”. A negociação consiste na ação civilizada e pacífica de se poder dirimir com diferentes conflitos entre as nações ou sociedades.

O conceito de diplomacia, desde o seu surgimento até aos nossos dias, foi definido de várias formas. Essas definições remontam à data em que a diplomacia começou a ser usada em França para designar a atividade dos diplomatas, em 1971. Pode dizer-se que “a França aparece como a potência com capacidade de afirmação política internacional, herdeira do sistema diplomático do Império Romano e responsável pela introdução da palavra diplomacia no léxico moderno das línguas europeias” (Vovelle, & Echalar, 2020, p.56).

Segundo Mongiardim (2007, p.20), “a diplomacia surgiu quando a visão social do mundo passou a transcender uma simples interpretação maniqueísta da presença determinante de forças conotadas com o bem e o mal”. O conceito de diplomacia, no sentido que se tornou clássico, foi utilizado pela primeira vez por Edmund Burke (1722-1797). De acordo com Castro (2004, pp.7-8), a “diplomacia, enquanto atividade específica, rege-se por regras que lhe conferem o caráter objetivo da cientificidade e, ao mesmo tempo, é considerada uma arte, com toda a carga subjetiva que lhe é inerente como tal”. No Dicionário de Relações Internacionais é definido, por Sousa e Mendes (2005, p. 76), que “diplomacia é uma das instituições fundamentais do sistema internacional, constitui um dos instrumentos da política externa, utilizado para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos plurilaterais de carácter pacífico entre governos de diferentes Estados e outras entidades”.

Jacques Chazelle afirma que o significado de diplomacia é “o conjunto dos meios e atividades específicas que um Estado consagra ao serviço da sua política externa” (Magalhães, 1995, p.78).

Neste contexto, a diplomacia é vista como um instrumento de equilíbrio entre os atores internacionais, porque quer em âmbito regional, como internacional, os Estados são obrigados a relacionarem-se, e o instrumento que permite o estabelecimento destas relações é a diplomacia. A partir daí, nota-se a sua importância na facilitação de cooperação que são fundamentais para os Estados. Conforme Schmidt (2014, p.4) “a diplomacia é uma instituição de ordem internacional”.

Entretanto, é oportuno salientar que o termo diplomacia deriva da palavra grega "diploma". Embora a diplomacia tenha raízes na antiguidade, o que temos assistido mais recentemente é produto da Paz de Vestefália. Em 1648, pela primeira vez, concebeu-se a ideia da diplomacia multilateral em todo o mundo. É por isso que a diplomacia é considerada um instrumento importante na condução da política externa. É “a partir do séc. XVIII, designado o indivíduo investido de poderes especiais para negociar, internacional, em nome do Estado” (Mongiardim, 2007, p.26).

Este contacto que ocorre entre os agentes diplomatas de diferentes Estados, que tem como objetivo a negociação, acaba por se repercutir nas vidas humanas. Segundo Magalhães (2013, p.22) “as relações entre os Estados modernos são de natureza extremamente complexa e variada o que, só por si, fornece já a diplomacia moderna um conteúdo mais rico e diversificado, exigindo ao agente diplomático uma maior preparação”.

Na lógica deste raciocínio, entende-se que na Comunidade internacional, nenhum Estado é autossuficiente, pelo contrário, todos eles se relacionam de tal forma, que tornam a Comunidade Internacional interdependente. Esta situação, mostra que as unidades políticas e juridicamente organizadas são obrigadas a prepararem políticas, para buscarem no ambiente internacionais recursos que lhes permitem satisfazer as suas necessidades. Nesta ordem de ideias, “a primeira parte desta definição diplomacia é identificada como política externa; na segunda parte, porém, considera-se a diplomacia como a atividade exercida pelos diplomatas” (Magalhães, 1995, p.78).

A importância de diplomacia no processo do desenvolvimento, é um conceito-chave das relações internacionais, não só aproximação de Estados e inter-relacionados juridicamente em base da igualdade entre Estados, a título de exemplo: sistemas de

aliança, organizações internacionais, serviços públicos intergovernamentais, organismos ideológicos ou profissionais, organizações não-governamentais, grandes empresas multinacionais e Igrejas, mesmo com os indivíduos e os pequenos grupos mantêm relações entre si e, em certos casos, passaram a atores das relações internacionais, e pode-se dizer que, a diplomacia, sendo uma atividade que se desenvolve no campo das relações internacionais, deve ser utilizada por todos atores.

Segundo Schmidt

“Vários fatores, como a globalização, a regionalização ou localização, afetam a ordem e a interação internacional, causando novos desenvolvimentos na diplomacia. Estas tendências de descentralização e complexidade de todos os níveis de ação diplomática colocam desafios ao modelo tradicional da diplomacia do Estado, mudando assim o seu carácter e dando origem a novos tipos de entidades que participam na diplomacia” (Schmidt, 2014, p.4).

O termo diplomacia tem sido aplicado a documentos solenes, emitidos por chancelarias, documentos cujo conteúdo dizia respeito a acordos estabelecidos entre Estados soberanos. Segundo Magalhães (1995, p.91) “o conceito de diplomacia pura implica, naturalmente, a ideia de um diplomata puro, ou seja, um agente da administração que atua exclusivamente como instrumento de uma determinada política externa”.

Assim, é notório que ao longo do tempo e com a crescente complexidade das relações internacionais, bem como das interações na comunidade internacional, estas são encaradas como um jogo no qual cada ator procura dominar, ou seja, quebrar as regras para preservar ou promover os seus interesses. Nestas circunstâncias, a diplomacia emerge como o instrumento da política externa com a capacidade de estabelecer equilíbrio no jogo da política internacional.

A partir do momento em que um Estado estabelece relações diplomáticas com outro Estado, passa exercer as funções diplomáticas. Segundo o Artigo 3º da Convenção de Viena de 1961

“as funções diplomáticas consistem em representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado; proteger no outro Estado os interesses dos seus cidadãos, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional; negociar com outro Estado; inteirar-se por os meios lícitos as condições existentes e da evolução dos acontecimentos e informar a esse respeito o governo do outro Estado; promover relações amistosas e desenvolver as relações económicas, culturais científicas entre os dois Estados” (o Artigo 3º da Convenção de Viena de 1961).

Contudo, cada uma dessas funções, permitem que a atividade diplomática se desenvolva na sua plenitude, por isso sem elas, o Estado torna-se incapaz de entender as

transformações ocorrida na Comunidade internacional e terá dificuldades em definir e concretizar os seus interesses.

1.2. Conceito de Desenvolvimento

Na história da humanidade, a questão do desenvolvimento é relativamente moderna. Antes da Revolução Industrial e da consolidação do sistema capitalista, as sociedades encontravam-se numa situação de quase estagnação. Conforme Bresser-Pereira (2006, p.8) afirma “o desenvolvimento económico ocorre no quadro da revolução capitalista, a partir da formação dos modernos Estados-nação ou Estados nacionais”.

Segundo Sen (2003, p.19) descreve, “o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza”. Esta ligação entre crescimento económico e progresso da sociedade, faz-se pelo facto de que o crescimento económico, isolado de outros fatores, ou seja, outros setores extraeconómicos, não gera desenvolvimento. Todavia, este conceito dá-se na expansão da produção, no aumento de investimento, no aumento do comércio, e não se preocupa com os aspetos sociais, a preservação do ambiente ou na redução das desigualdades.

Aqui, o desenvolvimento é visto como um fenómeno de carácter quantitativo, pelo facto de se importar apenas pela quantidade. Assim, Bresser-Pereira (2006, p.4) afirma que “o desenvolvimento económico pode ser entendido como o sucesso nessa competição; dificilmente se poderá falar em desenvolvimento económico se o país estiver crescendo a taxas substancialmente mais baixas que seus concorrentes”.

Portanto, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo complexo, constituído por uma pluralidade de grandes dimensões e não apenas como um processo de avaliação quantitativo, mas sim, amplo, que abriga também condições de ordem qualitativa. Aqui, o desenvolvimento é visto como o “conjunto das mudanças no sistema económico e social, assim como no tipo de organização, que condicionam e facilitam o crescimento. Transformação das estruturas mentais e institucionais que permitem a aparição e a continuidade do crescimento” (Sousa & Mendes, 2005, p.75).

Neste contexto, face à necessidade de promover a industrialização e o crescimento económico, com vista a acelerar o desenvolvimento, têm sido desviadas as atenções da verdadeira importância do desenvolvimento, que é a qualidade de vida da população. Por esta razão o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD), uma das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), atua em 166 países, realçou que têm sido esquecidas as pessoas, que são tanto os meios quanto o motor do desenvolvimento económico.

Por isso, este pensamento deu origem a um novo conceito de desenvolvimento, designado desenvolvimento humano. Sachs (1993, p.14) adianta que “o desenvolvimento económico sucumbe, então à própria armadilha e torna-se um processo interminável, sem fim, mas também sem fins, ou pelo menos sem fins próprios, na medida em que as necessidades fundamentais, já foram saciadas”.

Segundo Bresser-Pereira (2006, p.4) “o desenvolvimento económico tende a ser relativamente automático ou autossustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos”. Contudo, hoje se se pensar no desenvolvimento, é pensar na distribuição do rendimento, na saúde, na educação e no meio ambiente. Em função deste procedimento, surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

Historicamente, o conceito do desenvolvimento económico é a nação, ou seja, é a sociedade nacional dotada de um destino comum que tem como objetivo controlar um território e dotar um Estado. O fator principal a determinar o bom êxito do desenvolvimento económico é através da existência, ou não, de uma nação capaz de criar uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição. Assim, uma sociedade nacional revela-se autossuficiente ou solidária quando se trata de competir internacionalmente, sabendo aproveitar os seus próprios recursos para crescer, a título de exemplo, os seus recursos naturais e principalmente humanos.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) demonstra que “o desenvolvimento humano se prende com a capacitação das pessoas para identificarem e percorrerem o seu próprio caminho para uma vida com sentido, assente na expansão das liberdades” (RDH, 2020, p.18).

Para avaliar o desempenho, convém salientar que, o desenvolvimento está focado na necessidade de promover o desenvolvimento económico satisfazendo os interesses da geração presente, sem comprometer a geração futura. Isto é, em primeiro lugar tem que atender as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades.

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005, é referido que

“o conceito de desenvolvimento humano seja muito mais amplo do que pode ser medido por qualquer índice composto, no entanto, o IDH oferece uma alternativa poderosa ao rendimento como indicador sumario de bem-estar humano” (RDH, 2005, p.214).

Contudo, o processo de desenvolvimento será marcado pela formação dos recursos humanos desdobrando-se em vários fatores. Conforme Martins e Brito (1995, p. 77):

- a) a melhoria das qualificações básicas da população ativa, a obter no sistema escolar e em atividades complementares de formação profissional;
- b) o aumento substancial do número e da qualidade dos quadros médios, com capacidade tecnológica e/ou de gestão;
- c) a formação de quadros superiores e investigadores que constituíam a base para a fixação no país de atividades mais complexas e com maiores perspetivas de crescimento;
- d) a melhoria dos sistemas que apoiem a inovação tecnológica nas atividades económicas.

No que concerne à raiz histórica do processo de desenvolvimento teve as suas origens na Revolução Industrial que teve o seu início na Grã-Bretanha. Posteriormente, estendeu-se a alguns países do continente europeu como França, a Bélgica, Alemanha, Itália e Rússia. Com isso, o crescimento económico mundial tem acelerado muito, “a ordem Mercantil alarga-se a novas democracias de mercado” (Attali, 2007, p.101).

Outro ponto de relevo sobre o desenvolvimento é a Carta das Nações Unidas publicada em abril de 1945, na Conferência de São Francisco. Convém lembrar que foi em São Francisco, nesse mesmo ano, a criação oficial da ONU, composta inicialmente por 51 países, cuja finalidade primava pela manutenção e melhoria dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo.

Apesar destes conceitos de desenvolvimento, ainda há muito a fazer para reduzir o fosso entre o crescimento económico e o desenvolvimento, o que tem vindo a aumentar na última década dado que, os países em desenvolvimento somente aceitaram começar a discutir um programa de negociações comerciais mais justos e eficaz, mas os desequilíbrios do passado devem ser corrigidos. Assim, os países em vias de desenvolvimento, “devem participar com muito maior nas discussões sobre estratégia do desenvolvimento económico, mas ela ainda não se traduziu para as mudanças nas políticas adotadas” (Stiglitz, 2002, p.98).

O desenvolvimento do mercado livre deve dar lugar a abordagens baseadas na ciência económica, com uma visão mais equilibrada do papel do Estado, conforme afirma

Stiglitz (2002, p.303) quando diz que “o mundo desenvolvido tem de contribuir para reformar as instituições internacionais que governam a globalização. Fomos nós que criámos estas instituições e temos de trabalhar para que elas funcionem bem”.

Com os avanços no processo de desenvolvimento e na técnica da industrialização, juntamente com a expansão industrial, o Atlântico foi atravessado, promovendo assim a rápida industrialização dos Estados Unidos da América (EUA) e do Japão. Desta forma, os países ou regiões do mundo que não participaram ou não foram abrangidos pelo processo da Revolução Industrial passaram a ser considerados países subdesenvolvidos.

De acordo com Stiglitz e Greenwald (2015, p.327) “se assim é, então as estratégias de desenvolvimento devem ser centradas na promoção da aprendizagem, colmatando esse fosso”. Assim, as políticas que transformam as economias e as sociedades podem ser vistas como um impulso ao crescimento económico dos países em desenvolvimento, permitindo-lhes reduzir mais rapidamente essa diferença, com notórios aumentos nos rendimentos. Neste sentido, Oliveira, (2002, p.40) refere que “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social”.

1.3. Relação entre Diplomacia e Desenvolvimento

O processo do desenvolvimento é bastante complexo, ou seja, o desenvolvimento pode ser associado a vários fatores, como: políticos, económicos, socioculturais, demográficos, etc. Porém, estes fatores podem ser de natureza endógena interna ou exógena externa.

No que diz respeito a fatores internos é de relevar o potencial dos recursos naturais que um determinado Estado pode usufruir, desde que tais recursos sejam bem utilizados. No que tange a fatores externos podem ser a diplomacia externa de um Estado, quando está a ser conduzida de uma forma eficaz e consistente, o impacto das remessas dos emigrantes na economia, entre outros fatores importantes no processo de desenvolvimento.

A título de exemplo, para uma maior compreensão da diplomacia chinesa, há pouco mais de vinte anos e, desde que se aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, “a China vem rapidamente se tornando uma força económica,

aumentando significativamente sua parcela na oferta mundial de manufaturas, provocando um boom no mercado de commodities e acumulando cerca de 2,2 trilhões de dólares em reservas” (Ribeiro, 2010, p.27).

A diplomacia é fundamental no processo do desenvolvimento, seja para Estados que dispõem de muitos recursos naturais, como para Estados em que as realidades não dispõem de recursos naturais. No caso do continente africano, há duas realidades: (i) Estados que dispõem de muitos recursos naturais (matérias-primas), porém enfrentam muitas dificuldades em transformá-los com vista ao desenvolvimento; (ii) Estados que são pobres em matérias-primas.

No que diz respeito ao primeiro caso, as parcerias internacionais, nomeadamente na área educativa, devem ir no sentido de formarem quadros qualificados e especialistas nas mais diversas áreas, com ênfase nos domínios das ciências e tecnologias, para poderem aproveitar e transformar as matérias-primas; o segundo, tem a ver com ausência de recursos naturais e matérias-primas, é insustentável se não houver uma boa diplomacia externa, nomeadamente as parcerias internacionais de forma a obter empréstimos junto das instituições internacionais e dos países desenvolvidos, para poder atrair investimentos dos parceiros estrangeiros entre os outros domínios importantes da diplomacia externa.

De forma geral, a diplomacia só pode contribuir para o desenvolvimento se estiver acompanhada de uma estratégia bem definida que leve em consideração os objetivos do desenvolvimento (Kenneth-Divine, 2023). Por esta razão, as relações externas representam atualmente o cerne de qualquer governo, exigindo recursos humanos altamente especializados e políticos de qualidade inequívoca.

Não basta apenas designar um governo com tais responsabilidades para conduzir a política de desenvolvimento; é essencial saber definir e coordenar políticas integradas de forma clara e consistente. Frequentemente, os responsáveis pelas relações externas são competentes na implementação das relações diplomáticas, conseguindo aproximar vários parceiros internacionais com o objetivo de alcançar o desenvolvimento, desde que não se deixem corromper.

A realidade é que muitos Estados considerados subdesenvolvidos conseguem obter empréstimos internacionais e financiamento para programas de ajuda ao desenvolvimento. No entanto, esses recursos raramente beneficiam as populações desfavorecidas. Pelo contrário, são desviados pelas elites governamentais em proveito

pessoal e das suas famílias mais próximas, enquanto a maioria da população continua a viver na pobreza extrema (Findley et al., 2017).

Contudo, esta diplomacia para o desenvolvimento corrompida, tem levantado algumas críticas, tanto por Estados beneficiadores, assim como para os Estados e instituições internacionais financiadoras. O fator principal desta crítica reside no facto destes financiadores terem o pleno conhecimento, no ato do financiamento da má gestão e desvio dos fundos dos setores chaves para o desenvolvimento, mas nunca exigirem responsabilidades a estes Estados, por exemplo através de prestação de contas (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE], s/d).

É claro, que não se trata de uma questão generalizada, também é uma realidade que alguns Estados se sentem preocupados com sanções, quando têm baixo índice de governação e de cumprimento dos seus compromissos a nível internacional.

Importa lembrar uma conferência, realizada no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa, onde, o Conferencista era o Embaixador guineense, junto da CPLP, Apolinário Mendes de Carvalho. O assunto da conferência centralizava-se nos acontecimentos dramáticos da Guiné-Bissau, que vitimaram mortalmente o então Presidente da República, João Bernardo Vieira e o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, *Tágmé Na Waié*. O Embaixador afirmou que “o grande problema da Guiné-Bissau, é um abandono por parte dos parceiros externos” (2009).

Convém lembrar que, a Guiné-Bissau se caracteriza por ter ruturas políticas que provocam instabilidades políticas e sociais, a par com uma má governação, que acabaram por ditar uma imagem negativa, condicionando os grandes investimentos diretos estrangeiros e os apoios Internacionais.

Para este caso, com o desenvolvimento de uma nova exigência na diplomacia externa, todas as atividades devem ser submetidas a uma análise de custo e benefício. Desta forma, a atividade e estrutura diplomáticas devem igualmente integrar-se neste movimento geral de avaliação do processo do desenvolvimento e incorporando a análise económica em toda a sua ação.

Conforme Parreira, (2007, p. 492) afirma que,

“como o mundo mudou e a diplomacia não é deveras exceção, só os mais atentos às mudanças económicas estão a ser capazes de antecipar situações e não serem meramente arrastados pela enxurrada de acontecimentos com repercussão global”.

Portanto, quando a diplomacia é bem conduzida, seguindo uma linha programática, contribui positivamente para o desenvolvimento, caso contrário, para além de não esboçar qualquer efeito progressivo, pode aprofundar o nível de subdesenvolvimento de um país. Como também a contração excessiva de empréstimos internacionais, mal geridos, como é o caso em cima referido, ou de difícil execução, e vai tornar complexa a condução da diplomacia, colocando em causa a ética e o rigor que lhes são indispensáveis.

1.4. A problemática do desenvolvimento: o caso da África lusófona

Para debatermos a problemática do desenvolvimento na África lusófona, devemos concentrar-nos em dois períodos históricos distintos: (i) o período em que a África lusófona esteve sobre o domínio colonial português; (ii) o período pós-colonial, as independências da África lusófona.

Começando por debater a questão da colonização na África lusófona e a sua relação com o processo de subdesenvolvimento/desenvolvimento, podemos destacar vários aspetos positivos, como a criação das principais cidades e portos, bem como o contributo para o povoamento das áreas recém-descobertas.

No entanto, o atual subdesenvolvimento da África lusófona é motivo de muitos debates nas literaturas económica, política, histórica, sociológica e antropológica. Isso é atribuído ao Estado colonizador devido à forma como implementou as políticas administrativas durante o período colonial.

É importante abordarmos alguns exemplos de críticas.

A primeira foca-se se política educativa implementada durante o período colonial e a segunda na existência de uma relação direta entre a política educativa e a exploração económica. Na verdade, esse problema afetou praticamente todas as ex-colónias europeias, porque o objetivo principal dos europeus na altura, durante o processo de colonização, era manter, reforçar e dar continuidade à dominação colonial. Não havia um verdadeiro espírito de levar a "civilização" aos africanos, mas sim garantir a sua dominação, a fim de facilitar a exploração económica. O colonizador tinha de ser mínimo, porque somente os africanos deveriam assimilar com sucesso todas as técnicas para poderem superar as dificuldades que ameaçavam o desenvolvimento do continente africano.

Por outro lado, a política educativa, além de servir como instrumento de dominação colonial sobre os africanos, tinha como objetivo a formação de trabalhadores indispensáveis à exploração economicamente rentável dos recursos coloniais. Com esta análise, torna-se evidente que o foco dos europeus não estava na promoção de elites intelectuais africanas que pudessem alterar o rumo ou os objetivos preconizados (Matasci, Jerónimo & Dores, 2020).

Outra crítica é a rivalidade entre vários países europeus na corrida pelos recursos naturais existentes no continente africano. Neste contexto, essa rivalidade expõe o argumento utilizado pelos europeus de que a colonização tinha como principal objetivo a exportação da civilização europeia, uma vez que os interesses económicos se revelavam muito mais preponderantes. Essas rivalidades entre várias potências europeias na exploração dos recursos naturais do continente tiveram efeitos negativos duradouros nas sociedades africanas, que ainda são visíveis nos dias de hoje. Por exemplo, os conflitos tribais persistem como resultado das delimitações das áreas de influência territorial estabelecidas na Conferência de Berlim (1884), que instituiu regras para a partilha e ocupação do continente africano (Acemoglu, Johnson & Robinson, 2001).

No início da Primeira Guerra Mundial, 90% das terras habitadas por populações africanas já estavam sob o domínio europeu. A partilha foi feita de forma arbitrária, ignorando as características étnicas e culturais de cada povo, o que contribuiu para muitos dos conflitos atuais no continente africano (Tomé, 2018).

Seguindo a mesma linha de raciocínio crítica do colonialismo e o seu impacto no subdesenvolvimento da África, Manuel Couret Branco (2009, p. 38) descreve que:

“em muitos dos países africanos, o facto de a colonização se ter interessado sobretudo pela exploração dos recursos naturais e das culturas exóticas constitui o principal motivo para a sua excessiva especialização e pela sua alienante dependência de voláteis mercados externo o autor vai ainda mais longe, ao admitir que “o facto da administração colonial ter delegado a gestão do dia-a-dia do Estado numa magra elite doméstica”.

Com base nos argumentos anteriormente apresentados e considerando que praticamente todos os países africanos tiveram um passado colonial, é um facto adquirido e inquestionável que a colonização teve efeitos negativos no atraso e no subdesenvolvimento profundo desses países africanos. Portanto, perante o capitalismo internacional, onde a competição económica entre os Estados é uma realidade iminente, é evidente que a África não está nas mesmas condições iniciais para competir com os países de economias mais avançadas (Tavares, 2010).

É importante salientar que, na maioria dos casos dos países da África lusófona, a estagnação ou regressão económica é a norma. Em Angola, apenas a expansão do setor petrolífero atenua em alguma medida o subdesenvolvimento geral da economia. A evolução é particularmente negativa na África austral, em grande parte devido à situação de guerra permanente decorrente direta ou indiretamente da proximidade com o regime racista sul-africano. No conjunto dos países da África lusófona, enquanto Cabo Verde apresenta um nível relativamente elevado de "desenvolvimento humano", Angola e Moçambique situam-se claramente na parte inferior da posição, o que também é reflexo dos processos difíceis que se seguiram às independências. É claro que todos os países, em particular a Guiné-Bissau, também sofrem de forma duradoura as consequências de um sistema colonial que, por definição, não estava orientado para o "desenvolvimento humano" tanto dos colonizadores como dos colonizados.

A problemática do desenvolvimento, no caso da África lusófona, e os modelos normativos do desenvolvimento entraram em profunda convulsão nos anos oitenta, à medida que a crise económica mundial desencadeada em meados dos anos 1970 afetou severamente a África e outras regiões do Terceiro Mundo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) passaram a dominar efetivamente a política económica dos países fortemente endividados. Este é o cenário atual da Guiné-Bissau, de Moçambique e, num futuro próximo, de Angola. Cabo Verde conseguiu alguma autonomia na gestão da ajuda multilateral, mas ainda precisa desenvolver um sistema produtivo viável que não pode depender exclusivamente da agricultura.

A dissolução do sistema socialista mundial, representa um golpe mais nas estratégias económicas originárias da fase pós-colonial: descrédito dos sistemas de planificação central; descrédito de fontes alternativas de ajuda externa (em relação ao sistema capitalista), redução ou anulação do grau de manobra nas relações com os EUA (o facto é muito crucial na evolução dos conflitos nos países da África lusófona).

Ao mesmo tempo são flagrantes as falhas e limitações da ajuda externa. A "ajuda alimentar", como a assistência técnica, são passíveis de numerosas críticas. A questão é mais marcante quanto quatro dos cinco países da África lusófona pertencem ao grupo dos países mais pobres na classificação da ONU, também os mais tributários da assistência externa. Os países da África lusófona não constituem modelos económicos fortes, e exceção às tendências dominantes na ideologia económica atual, por isso, em

todos eles, assiste-se hoje a um processo de desestatização e privatização (Nações Unidas, 2009).

Os processos de democratização (ainda com relativa exceção de Cabo Verde) surgem de fora para dentro, são conduzidos pelos poderes estabelecidos, mas no contexto de acentuada crise económica, social e política. Há o risco, nalguns casos, de o pluralismo político exprimir apenas clivagens étnicas. No entanto, é claro que os partidos no poder desde as independências sofreram grande desgaste do seu suporte popular.

Os movimentos de libertação, conquistada a independência política, assumiram-se como forças nacionais e também como portadoras de projetos de construção dos Estados-nação (Cooper, 1994).

O que se passa hoje em toda a África lusófona é uma tentativa de sintonização que toma por referência a trajetória ideal no continente africano. Assim, simultaneamente, a transição para a economia de mercado e a transição para a democracia política, abrem caminho ao desenvolvimento social e económico.

1.5. Fatores que obstaculizam o processo de desenvolvimento no continente africano

Um dos grandes problemas que obstaculizam o desenvolvimento do continente africano, tem a ver com a falta do capital humano. Um dos motivos que costumam ser apontados prende-se como a herança colonial. Durante a colonização, as autoridades coloniais não investiram muito na educação nestes territórios. Aliás, com a descolonização regressaram às metrópoles os quadros mais importantes que existiam nestes territórios, tendo em conta a retirada das principais empresas e instituições importantes que ofereciam o emprego. A colonização é responsável, em parte, pelas dificuldades criadas antes da democratização pela diversidade cultural.

Em África, este problema foi sempre de tal modo delicado que a própria Organização de Unidade Africana, hoje União Africana (UA), nunca aceitou debater traçados de fronteiras internacionais e constituição de novas nações.

Por outro lado, relaciona-se com a falta de infraestruturas educativas e com a escassez de quadros qualificados, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da educação, sobretudo a nível do ensino superior. Os novos governos sentiram a necessidade de estabelecer cooperações internacionais para enviar os seus jovens para

formação em universidades estrangeiras, principalmente nas antigas metrópoles. No entanto, muitas vezes essas iniciativas não têm produzido resultados positivos para os novos Estados, uma vez que muitos dos quadros formados não regressam aos seus países de origem, seja devido a instabilidades políticas e sociais, seja porque não se sentem adequadamente promovidos e integrados profissionalmente em comparação com as ofertas de emprego frequentemente aliciantes nos países onde foram formados (Woldegiorgis & Doevenspeck, 2013).

Assim sendo, a falta de quadros qualificados tem sido o fator principal do recrutamento das elites políticas não devidamente preparadas para implementarem políticas públicas adequadas às realidades sociais em diferentes setores. Em matéria do recrutamento das elites políticas, queremos afirmar que a realidade africana é totalmente diferente em relação aos países desenvolvidos. Se, a título de exemplo, Portugal conta com a formação da maioria dos membros do governo nas sucessivas legislaturas, sendo docentes universitários ou pessoas ligadas a profissões liberais, a realidade africana, é outra. Há muitos casos em que o poder político é bastante militarizado, devido à participação significativa dos militares no exercício do poder político, assim como pessoas que não preenchem requisitos mínimos, porque não tem nenhuma formação académica (Tavares, 2010).

Em relação à matéria de qualificação de recursos humanos, sobretudo nas áreas acima referidas, a política educativa de envio jovens para se formarem e especializarem-se nas universidades estrangeiras, é altamente vantajosa ao desenvolvimento do continente africano. Os governantes africanos têm que ter a consciência da dimensão da política externa no que tange a qualificação dos recursos humanos. Só assim estes jovens ao terminarem em grandes instituições universitárias, sobretudo nas áreas prioritárias para o desenvolvimento, regressarão aos respetivos países de origem, levando consigo conhecimentos e experiências inovadoras, que aplicados no campo profissional ou académico, irão dar grande contributo para o desenvolvimento.

Segundo Sara Gonçalves numa investigação bem aprofundada, defende que:

“o estudo nas universidades dos países desenvolvidos permite aos estudantes adquirir conhecimentos e capacidades que contribuem para o desenvolvimento económico, tecnológico, político e social dos seus países de origem” (Gonçalves, 2004, p.108).

Depois, outro fator que obstaculiza o processo de desenvolvimento é a taxa de analfabetismo, ainda exorbitante em grande parte das sociedades africanas. Isto tem a ver

com a interiorização da cultura política democrática. A par disto, associam-se a outros fatores como os étnicos e religiosos (Tavares, 2010).

Também a corrupção e luta pelo acesso ao poder são obstáculos. Uma grande parte das descolonizações dos Estados africanos deu-se por via da luta armada, o que não favoreceu a criação das instituições democráticas, pelo contrário favoreceu a criação de movimentos nacionalistas rivais, no interior de cada um destes Estados, que protagonizaram diversos conflitos internos com grandes dimensões nacionais e internacionais.

É de salientar que mesmo processo no decorrer das lutas anticoloniais, muitos destes movimentos lutavam, mas entre si do que contra os poderes coloniais e, no período pós-colonial, estas rivalidades tiveram a sua continuidade, traduzidas em muitas guerras civis: como o caso de Angola onde os três partidos políticos (MPLA, FNLA, UNITA), protagonizaram vinte cinco anos de guerra civil, destruindo praticamente todas as infraestruturas; o caso de Moçambique em que os dois partidos (FRELIMO e a RENAMO), protagonizaram vários anos de guerra civil; o caso da Guiné-Bissau que intensificou muitas rivalidades entre os cabo-verdianos e os guineenses na qual teve o seu clímax com o golpe de Estado de catorze de novembro de 1980, liderado pelo então Primeiro-ministro João Bernardo Vieira, pondo fim à unidade política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Esta corrupção política, porém, não impediu, as sucessivas lutas pelo poder em Guiné-Bissau, através dos sucessivos golpes de Estado assim como os assassinatos políticos, inclusive uma grande guerra civil com derramamentos de sangue. Estes conflitos constituem exemplos de inúmeros casos de luta pelo poder no continente africano.

Contudo, estes problemas têm tido os impactos negativos no processo do desenvolvimento do continente africano, para além das guerras civis e as suas consequências. Demonstra que os interesses pessoais nomeadamente dos líderes políticos se encontram sempre acima dos interesses nacionais, fazendo com que muitos cheguem ao poder por meios não democráticos e com intuito de perpetuarem no poder, recorrendo muitas vezes a revisões constitucionais de forma a concretizar tal objetivo. O impacto provocado por estas instabilidades políticas e governamentais contribui para o enfraquecimento económico continente africano.

Nem sempre as instabilidades políticas resultam de golpes de Estado e de guerras civis. Por vezes, têm a ver com a complexidade das características de uma

determinada sociedade política, o que se reflete nos sistemas partidários e eleitorais. Existem casos em que a implementação de um sistema multipartidário, utilizando sistemas eleitorais de representação proporcional, não tem sido eficaz em termos governamentais. Isso ocorre quando resulta em governos minoritários, compostos por diferentes forças políticas que, quando coligadas, não conseguem chegar a consensos, levando à queda do governo a meio dos mandatos.

Há uma divergência de opinião entre a abordagem politóloga e a abordagem económica em torno da alternância do poder governamental. A primeira é sempre a favor de mudanças na forma de que tal favorece a democracia, por favorecer a rotatividade. A maioria dos economistas opõe-se a esta tese, considerando que a continuidade de um governo quando está legítimo por via eleitoral, contribui sempre para o progresso económico, por que permite concluir os projetos, que não foram possíveis de concluir no mandato anterior e tem uma linha programática para concretizar objetivos preconizados. Advertem que quando acontecem interrupções através de mudanças de governos, muitos dos projetos dos governos anteriores são abandonados, tudo começa de novo.

A realidade demonstra-nos que o problema da continuidade, por muitos anos, de um mesmo governo nestes países dificilmente tem sido de carácter democrático. Não por falta de eleições periódicas ou de partidos políticos, antes pela apropriação indevida dos mecanismos eleitorais e dos procedimentos que têm conduzido os partidos no poder de legitimarem os seus mandatos de uma forma corrompida. Também a falsificação dos resultados eleitorais, o populismo ou a implantação de medo nas populações fazem com que estes mudem os seus comportamentos eleitorais.

Perante a questão da problematização do desenvolvimento em África, pode-se dizer que, neste continente, de uma forma geral, ainda não estão reunidas as condições mínimas que permitam a condução de uma boa política externa para o desenvolvimento na era da globalização. Primeiro é necessário melhorar as condições internas, só depois tentar alcançar objetivos externos.

Capítulo II- Lugar e o papel da Guiné-Bissau nas relações com a CEDEAO

2.1 Criação e objetivos da CEDEAO

A primordial ideia de criação da Comunidade da África Ocidental inicia-se a 1964, com iniciativa do Presidente da Libéria, *William Tunman*, e foi assinado um acordo entre a Costa do Marfim, a Guiné, a Libéria, a Serra Leoa em fevereiro de 1965, mas não teve êxito. Em abril de 1972, o General *Gowon* da Nigéria e o General *Eyadema* do Togo relançaram o projeto, preparando as propostas e fazendo visitas a 12 países, onde solicitando as suas contribuições em diferentes partes da região, de julho e agosto de 1973, foi organizada uma reunião em Lomé com vista a analisar uma proposta de Tratado (Duarte, 2015).

No ano subsequente, ocorreu um encontro de especialistas e peritos em Acra, em janeiro de 1974, seguido por uma reunião de ministros em Monróvia em janeiro de 1975. Ambas as conferências analisaram detalhadamente a proposta de tratado, que foi finalmente assinada em 28 de maio de 1975, na cidade de Lagos, por 15 Estados membros da CEDEAO.

Segundo Fernandes (2007, p.67) o termo da Integração regional “articulado em seu variado campo de atuação, recebeu múltiplas definições, podendo ser influenciado por dimensões económicas, políticas jurídicas, históricas, sociais e culturais”. Nesta ótica, articulando um breve historial sobre a génese da integração sub-regional, demonstra que os fatores do surgimento da integração sub-regional começaram a manifestar-se quando se iniciou o enfraquecimento do Estado-nação para resolver ou administrar os problemas que os Estados vinham a enfrentar. Com esta impossibilidade de resolver, de forma conjunta, os determinados problemas de forma isolada provocou-se um forte estímulo para que os Estados pudessem unir ao bem-estar do bloco sub-regional, a fim de resolverem os problemas de uma forma conjunta.

Este ideal continua a ser o fio condutor da sua política de cooperação sub-regional, ao longo da última década. Da mesma maneira, a integração representa cedência de competências dos Estados-membros a uma instituição regional comum, que se caracteriza por dispor de poderes superiores aos Estados individualmente. Além disso,

tem em vista a realização de um mercado comum, uma moeda única, livre circulação das pessoas, bens e serviço.

Contudo, o grande objetivo da CEDEAO é o desenvolvimento económico. Mas, ao longo do tempo, com a evolução das novas ideias surgiram aspetos políticos, a paz e a segurança, liberdade de circulação de pessoas, bens e serviço converteram-se progressivamente numa prioridade para organização, onde foram motivados pelos constantes Conflitos Civis em alguns países.

Conforme Garcia refere (2007, p. 17), “com a internacionalização das economias por meio da multiplicação dos acordos e blocos económicos regionais após a Guerra Fria, os Estados nacionais foram compelidos a buscar novas formas de integração”, tem como objetivo de fortalecer a economia nacional, de garantir a atratividade dos investimentos estrangeiro e de ampliar a participação de seus territórios na economia internacional.

Assim, em 1990, foi criada o Grupo de Monitorização de Cessar-Fogo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG), uma iniciativa que demonstrava a vontade dos chefes de Estados e Governos de responderem efetivamente a instabilidade sub-regional. Desde então, ECOMOG tem feito intervenções em conflitos como da Libéria, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Togo, e Costa de Marfim. Entretanto, um dos pontos mais focados na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, no que diz respeito à integração económica, tem sido em grande medida afetado pelas crises políticas e eleitorais na região. A organização viu-se gradualmente obrigada a dar uma importância central às questões políticas, especialmente as relacionadas com eleições. Compreende-se que, sem estabilidade política, paz e segurança, a democracia corre o risco de ser comprometida, tornando difícil alcançar o desenvolvimento socioeconómico.

Importa, então reter que, a CEDEAO é uma organização sub-regional com a ideologia que tem como objetivo a aceleração da integração económica, política e o seu poder larga-se à manutenção da estabilidade regional com a inclusão da paz e segurança. Portanto, essa situação sem precedentes exige uma reorganização do tratado a fim de ter em conta os imperativos preconizados da boa governação democrática na região. Sem paz, segurança e estabilidade política na organização seria fútil prever o desenvolvimento económico.

2.2. Enquadramento da diplomacia económica e política da CEDEAO

Conforme, Mongiardim (2007, p. 382) refere:

“a diplomacia económica constitui hoje um instrumento relevante das políticas externas e internacional, que para além de ajudar a criar condições favoráveis aos negócios privados e ao crescimento das empresas, obedece, também a interesses nacionais, públicos e privados”.

Sob qualquer perspetiva, a diplomacia económica desenvolve-se por meio de negociações internacionais, tanto bilaterais quanto multilaterais. A ascensão da diplomacia económica como um elemento central nas relações internacionais tem levado os atores internacionais, especialmente os Estados, a alterar o seu comportamento na cena internacional, ganhando crescente relevância na política externa.

A diplomacia é influenciada por uma série de fatores e elementos interconectados. A economia está a tornar-se cada vez mais relevante do que a política na arena internacional, devido à aceleração do processo de globalização e à redução de conflitos dentro dos estados.

Como afirmou Ponte e Sousa (2019, p. 47), “a diplomacia económica tem emergido como um elemento fundamental da ação estatal e, em particular, da sua política externa, muitas vezes como uma nova estratégia ou um novo objetivo”.

A diplomacia económica ganha igualmente relevância num contexto da política externa e diplomacias contemporâneas. Entre estas, podem-se encontrar a diplomacia cultural, diplomacia pública ou diplomacia digital.

No entanto, em abril de 1978, os Estados-membros assinaram em Lagos um protocolo que visava a proibição da utilização da força para a resolução de conflitos entre Estados-membros, bem como a proibição de apoiar ou servir como base para atividades subversivas contra um Estado terceiro. No entanto, este protocolo nem sempre foi respeitado por alguns Estados-membros, que apoiaram ou serviram de retaguarda para atividades subversivas ou revoltas contra outros Estados-membros.

Tanto no conflito Agacher entre Burkina Faso e Mali, como no conflito entre a Mauritânia e o Senegal, bem como nas guerras civis na Libéria, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, ou especialmente nas tentativas de desestabilização de regimes específicos, como no Benim quando mercenários desembarcaram em 1977, no Burkina Faso com o assassinato de Thomas Sankara em 1987, na Guiné-Bissau com o golpe e

subsequente assassinato de Nino Vieira, e no Togo com a tentativa de invasão de 1986, este protocolo acabou por não ser eficaz.

No entanto, a nível da diplomacia, a CEDEAO descobriu uma nova vocação que é mais suscetível de contribuir para a paz e estabilidade na região. Esta é a força de manutenção da paz da África Ocidental, vulgarmente conhecida como ECOMOG e atrás referida.

No campo da política económica, a CEDEAO tem como objetivo fornecer os elementos políticos necessários para assegurar a competitividade a nível regional e nacional, bem como criar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do setor privado e ao aumento da capacidade de apoio a uma estrutura de investimento a nível regional. Isso inclui o fornecimento de infraestruturas económicas e tecnológicas básicas, bem como o desenvolvimento do setor educacional.

A CEDEAO é composta por quinze Estados-Membros: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Apesar da diversidade linguística e de dialetos na região, a língua oficial predominante é o inglês, devido à sua população na região, seguido do francês. O português é a terceira língua mais falada e é língua oficial em Cabo Verde e Guiné-Bissau.

É importante notar que todos os países que compõem a comunidade são também membros da OMC e estão vinculados ao regime jurídico e aos acordos estabelecidos no âmbito dessa organização. Atuam face à ausência de vontade política para implementar os vários protocolos de livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços, ou seja, a falta de capacidade de gestão do processo de desenvolvimento e falta de coerência e consistência na negociação coletiva para obter um programa de harmonização da política industrial que promova o desenvolvimento do setor e facilite a redução de custos nos setores produtivos das economias regionais.

No fundo, a CEDEAO transformou-se gradualmente, sob a pressão dos acontecimentos políticos, numa organização que tem como finalidade por encontrar soluções para as muitas crises políticas que põem em perigo a paz e a segurança na área comunitária.

A década de 1990 foi uma década de transições democráticas no continente africano. A comunidade, mesmo por razões económicas, não podia deixar de encarnar

valores democráticos e defender princípios políticos que estavam apenas a começar a ser formalmente aceites pelos chefes de Estado e de governo dos Estados.

É o Protocolo sobre o Mecanismo de Prevenção, Gestão, Resolução, Manutenção da Paz e Segurança de Conflitos, complementado pelo Protocolo Adicional sobre Democracia e Boa Governação, que associa explicitamente o objetivo da prevenção e resolução de conflitos, à vontade de estabelecer princípios políticos fortes, tais como a oposição da comunidade a qualquer adesão ao poder por meios inconstitucionais e a possibilidade de intervir num Estado membro em caso de violações graves e maciças dos direitos humanos.

Os atores políticos, principalmente os que estão no poder, recusam-se a submeter-se às decisões e iniciativas da organização. Por outras palavras, existem deficiências nas organizações internacionais africanas na resolução de crises políticas. A CEDEAO tem demonstrado frequentemente uma incapacidade de encontrar soluções eficazes e duradouras para conflitos políticos em geral e conflitos pós-eleitorais em particular.

A ineficiência da CEDEAO na resolução de conflitos no espaço comunitário é de três ordens: umas são institucionais e outras são políticas e diplomáticas. A incapacidade das organizações africanas, e sobretudo da CEDEAO em particular, de resolver eficazmente as crises políticas e eleitorais está ligada à sua estruturação e funcionamento.

Os textos em que estas organizações se baseiam ou que adotaram são frequentemente silenciosos em muitas questões; um silêncio que constitui uma primeira fraqueza destas organizações. O lugar dado aos Chefes de Estado e de Governo sufoca regularmente os outros organismos que executaram as diretivas Comunitárias.

2.3. Diplomacia da Guiné-Bissau nas relações económicas, políticas e comerciais com a CEDEAO

A diplomacia da Guiné-Bissau nas relações com a CEDEAO parece estar atrelada às questões políticas e de seguranças, já que desde a sua independência o país vive num clima de constante instabilidade política e governativa, resultantes de golpes de Estado e crises políticas.

As fragilidades institucionais provocadas pelas constantes crises internas do país têm sido a grande preocupação da CEDEAO. As agendas das Sessões Ordinárias e extraordinárias do período em análise (1998-2022) refletem claramente essa preocupação. Três assuntos marcaram fortemente a agenda: mediações das crises, reforma no setor da defesa e segurança e assistência financeira ao país para a concretização do plano da reforma e alavancar a economia. Se analisarmos os principais acordos existentes entre a CEDEAO e a Guiné-Bissau, conclui-se que há mais acordos nas áreas de desenvolvimento económico e comercial do que na defesa e segurança. Porém, as questões referentes à política e segurança mereceram mais atenção da organização ao longo dos 24 anos.

Como se nota na seção anterior, três crises marcaram a presença das forças de interposição da CEDEAO na Guiné-Bissau. A primeira foi durante o conflito armado que assolou o país em 1998. A CEDEAO junto com a ONU e CPLP, estiveram diretamente envolvidos nas negociações de Paz.

A CEDEAO conseguiu fazer com que as partes envolvidas no conflito assinassem acordos para o fim dos conflitos. “Na 21ª sessão da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da Comunidade, decidiu-se enviar uma força de interposição da ECOMOG para manter a paz na Guiné” (Mendes, 2008, p.43).

O segundo, que marcou a presença das forças de estabilização da CEDEAO, foi o golpe de Estado de 12 de abril de 2012. A partir dessa crise e também da crise no Mali, ficou nítida a preocupação da organização quanto às questões de segurança na sub-região. A CEDEAO enviou forças de interposição para Guiné-Bissau.

O terceiro surge na sequência da alegada tentativa de golpe de Estado no país, no passado 1 de fevereiro de 2022. Mais uma vez, chefes de Estado e do governo da CEDEAO decidiram enviar a força militar para a Guiné-Bissau. O principal objetivo desse contingente enviada a Guiné-Bissau era: promover a paz e a estabilidade com base no direito internacional, na carta das Nações Unidas, do tratado da CEDEAO e no protocolo sobre prevenção de conflitos daquela organização. É importante salientar que o envio dessa força foi recusado em algumas ocasiões pelas Forças Armadas da Guiné-Bissau, que não desejavam o regresso ao poder dos governantes depostos. Inicialmente, o envio dessa força tinha como objetivo garantir a paz e a estabilidade no país.

Como forma de resolver as constantes crises e instabilidades que têm afetado o país e influenciado as agendas de segurança, a CEDEAO, em conjunto com o Estado da

Guiné-Bissau, decidiu desenvolver um plano de reforma para o setor da defesa e segurança. Além disso, o mandato da ECOMIB foi prorrogado várias vezes com o objetivo de apoiar esse processo. Pode-se afirmar que as contínuas instabilidades políticas no país aceleraram significativamente a implementação do programa de reforma no setor da defesa e segurança, acordado entre o governo guineense e a CEDEAO.

É relevante notar que, durante o período em análise (1998-2022), várias sessões extraordinárias foram dedicadas exclusivamente à discussão de questões relacionadas com a segurança na Guiné-Bissau, bem como em países como Mali, Guiné-Conacri e Burkina Faso, que enfrentaram conflitos internos significativos. Duas dessas sessões foram especificamente dedicadas à situação na Guiné-Bissau.

Além disso, nas sessões ordinárias realizadas durante esse período, a Guiné-Bissau sempre figurou na agenda dedicada à segurança regional, com foco nas preocupações relacionadas com as reformas no setor da defesa e segurança. Além dessas questões, também surgiram tópicos relacionados com o apoio às eleições organizadas de acordo com os prazos estabelecidos pela legislação guineense e preocupações menores relacionadas com o desenvolvimento económico. Os apoios não se limitaram apenas às reformas, embora estejam no centro das atenções da agenda da CEDEAO. Também foram fornecidos apoios técnicos e financeiros para a organização de eleições após crises.

No que diz respeito no âmbito de apoio ao desenvolvimento económico da Guiné-Bissau, a CEDEAO procurou junto aos seus membros e parceiros bilaterais apoios. Em razão disso, abriu um escritório para o representante oficial do secretário executivo da organização no país, visando ajudar o Governo a estreitar a colaboração com os outros parceiros internacionais.

Na sua sessão ordinária, realizada em julho de 2014, em Acra, decidiu criar um fundo de emergência para apoiar a Guiné-Bissau, e pediu que todos os membros colaborassem nesse sentido. Foi ainda decidido apoiar a mesa-redonda proposta pelo Estado guineense, usando a sua influência junto aos parceiros doadores com o intuito de ajudar o país sair na situação em que se encontra.

Segundo Una (2020, p.156), a relação entre a Guiné-Bissau e CEDAO deu-se mais “no campo político, atrelada às questões de segurança, do que no campo económico e comercial”.

A mesa-redonda foi realizada em 25 de março de 2015, sob o governo de Domingos Simões Pereira, o Primeiro-ministro, e foi arrecadado um valor histórico de

mais de 1 bilhão de euros. O programa “Terra Ranka” apresentado como proposta, tinha uma pretensão de conseguir cerca de 427 milhões de euros, mas acabou extrapolando o valor.

Apesar do grande esforço por parte do Governo guineense e da CEDEAO em realizar a mesa-redonda, o Estado guineense não conseguiu saborear bem o gosto dessa vitória. Com a demissão do governo de Domingos Simões Pereira em agosto do mesmo ano, o país ficou numa profunda crise política e institucional, impossibilitando o desbloqueio da maior percentagem do dinheiro arrecadado para implementação dos programas de desenvolvimento.

O impasse gerado boicotou o funcionamento do parlamento e das instituições em geral por mais de 3 anos e só foi possível voltar ao normal funcionamento através do acordo assinado na sessão extraordinária da CEDEAO dedicada à resolução da crise na Guiné-Bissau. A sessão foi realizada no dia 14 de abril de 2018 em Lomé, Togo (CEDEAO, 2018).

Também o primeiro acordo assinado no dia 14 de setembro de 2016 em Conacri não teve sucesso, razão pela qual a organização decidiu tomar medidas muito mais sérias, como sancionar autores que estavam a criar dificuldades para encontrar saídas para o fim da crise política e institucional no país.

De salientar que dentro desse período de impasse, o presidente nomeou e demitiu 7 Primeiros-Ministros por falta de consenso entre os partidos políticos com assento parlamentar.

A Guiné-Bissau é um dos países da CEDEAO que menos exporta, dado que se configura como um dos países menos conectados, por vias marítima, com o resto do mundo. Tal como a maioria dos países da região não possui indústrias de transformação, o que condiciona a exportação, em bruto, do seu principal produto de exportação, que é a castanha de caju. Cerca de 98% de exportação de castanha de caju tem como destino, o mercado indiano. Segundo Sambú (2015, p.14), “a castanha de caju representa entre 88% e 90% da receita total de exportação entre 1999 e 2007”. E segundo o relatório da FMI (2017, cit. por Una, 2020) mostra que essa tendência se manteve. O país continua exportando cerca de 98% da castanha de caju bruto para Índia.

Ainda segundo o mesmo relatório de FMI, a integração comercial com o resto da região sofreu atrasos consideráveis. Em primeiro lugar, poucas empresas da Guiné-Bissau exportam para a região tendo em conta a baixa complementaridade comercial.

Em 2016, 85.3% das exportações foram de caju em bruto, das quais mais de 90% destinadas ao resto do mundo, fora do continente africano. Mas também beneficiando de uma forte procura e de preços favoráveis, as exportações aumentaram de 15.5% para 25.8% do PIB entre 2014 e 2015, uma tendência confirmada em 2016 (26.2%). E hoje a castanha de caju contribui cerca de 10% do total do PIB do país.

A Guiné-Bissau é atualmente o oitavo maior exportador mundial da castanha de caju, com 2,9% do total das exportações mundiais (OCDE, 2019). Além de castanha de caju, a Guiné-Bissau também exporta madeira e algodão para o mercado português e chinês, porém, estes representam apenas 1% das exportações; e também exporta peixes, mas a estatística do último ano não consta na estatística oficial dos exportados, porque os pescados tomam a nacionalidade dos navios que os capturam, independentemente do lugar onde foram capturados. Um dos principais pescadores que navega nos mares da Guiné-Bissau é a União Europeia (UE) (OCDE, 2020).

No que tange às importações, a Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (ANEME, 2018, p. 49), nos seus estudos sobre a Guiné-Bissau, “destaca que Portugal ocupa a primeira posição com cerca de 28,8%, em seguida vem o Senegal com 28,3%, depois vem a China, Espanha com 3,7% e 3,5% respetivamente, e o Paquistão com apenas 1,5%”. Nota-se, através dos dados apresentados, que o país importa mais dos mercados externos do que da própria CEDEAO. E quanto às importações, Portugal e Senegal aparecem como países dos quais a Guiné-Bissau mais importa. Essas importações são lideradas por óleo de petróleo, seguido pelo arroz, e por último, o vinho.

2.4. Perspetiva sobre a Diplomacia da Guiné-Bissau na CEDEAO

Embora a CEDEAO tenha sido criada com propósitos económicos, em pouco tempo a instituição alargou a sua esfera de diplomacia para incluir questões políticas e de segurança. Os interesses da criação da CEDEAO não passam apenas pelas questões da integração, mas também pela tentativa de superar o isolamento da maioria dos países africanos depois da independência. A organização procura fundar-se no princípio de amizade e de harmonização de Estados da África Ocidental. A Guiné-Bissau integrou a CEDEAO logo na sua fundação, e sobretudo nos elementos políticos e de segurança que a relação de Guiné-Bissau e CEDEAO mais se estruturam.

Desde a independência, Guiné-Bissau vive um clima crises e instabilidade, que levaram a sucessivos golpes de Estado e guerra civil. Portanto, a sua relação diplomática com a CEDEAO está em partes direcionada para a resolução de conflitos políticos e militares.

Quando se avalia a perspetiva da diplomacia que a Guiné-Bissau tem enfrentado na CEDEAO e a sua ligação com o desenvolvimento socioeconómico do país, é evidente que o estado guineense ainda não apresentou uma política diplomática eficaz e eficiente para atrair investimentos da comunidade supranacional. Isso é fundamental para investir nas áreas relacionadas com o processo de desenvolvimento socioeconómico.

A realidade é que a diplomacia guineense na cena internacional é bastante limitada, o que resulta em sérias dificuldades no acesso ao mercado internacional. Isso representa um grande obstáculo na mobilização de benefícios externos para apoiar o desenvolvimento. É importante notar que, para além de ser um pequeno Estado, a Guiné-Bissau enfrenta desafios adicionais devido ao seu estatuto de Estado frágil e ao facto de fazer parte do grupo de Países Menos Avançados (PMA).

Neste sentido, Bichara, Cunha e Lélis (2008, p.56) “comentaram que existe um processo de cooperação regional quando um grupo de países geograficamente próximos estabelece mecanismos políticos com o objetivo de alcançar metas conjuntas que individualmente seria difícil conseguir”.

Contudo, o país vive um momento marcado por algumas ambiguidades e até contradições. Com o passar dos anos, a Guiné-Bissau não conseguiu encontrar o rumo desejado para alcançar o desenvolvimento almejado. Após aderir ao processo de democratização em 1991 e realizar as primeiras eleições presidenciais em 1994, o país ainda enfrentava desafios significativos. A Guiné-Bissau vivenciou um dos momentos mais trágicos da sua história após a conquista da independência: o conflito militar que eclodiu em 7 de junho de 1998. Em 12 de abril, a comunidade internacional retirou o seu apoio ao país, levando ao cancelamento de muitos projetos de desenvolvimento de médio e longo prazo que estavam em curso.

A questão em análise não reside na pertinência da adesão da Guiné-Bissau à CEDEAO, pois o país já está integrado na comunidade, quer se concorde ou não. O propósito desta dissertação é analisar a posição da Guiné-Bissau na CEDEAO neste contexto diplomático, vinculando os resultados dessa análise com o desenvolvimento

socioeconómico. O Estado guineense deve assumir a sua responsabilidade e enfrentar os desafios que se colocam na região.

Para alcançar esse objetivo, a Guiné-Bissau precisa estabelecer uma Política Nacional de Desenvolvimento que seja adequada à realidade local, sub-regional e globalizada. Isso permitirá que o país desenvolva a sua política socioeconómica em consonância com os objetivos do bloco. No entanto, é importante destacar que a adesão à CEDEAO não implica que todos os problemas da Guiné-Bissau serão automaticamente resolvidos, uma vez que os outros Estados membros também enfrentam desafios semelhantes.

A adesão da Guiné-Bissau à CEDEAO e à UEMOA levanta preocupações adicionais. Por exemplo, na atualidade, muitas ofertas de emprego são anunciadas em francês, assim como em outros países membros do bloco. Isso prejudica os estudantes que se formaram no país ou em outras nações lusófonas, pois perdem oportunidades para candidatos que estudaram em países francófonos. Além disso, muitos eventos realizados na Guiné-Bissau são conduzidos em francês, o que é inaceitável num país lusófono. A necessidade de falar outra língua em eventos oficiais dentro do próprio país, devido a uma perceção equivocada por parte de alguns legisladores menos informados de que fazer parte da CEDEAO implica a mudança de língua oficial e a perda da identidade nacional. Portanto, é essencial reafirmar que a Guiné-Bissau é um país lusófono, mesmo dentro da CEDEAO.

A situação atual é preocupante, pois os estrangeiros dos países francófonos chegam ao país e impõem o uso do francês. Da mesma forma, os guineenses que vão para esses países são obrigados a falar francês. É fundamental que a política do Estado nesse aspeto seja revista com atenção, caso contrário, a Guiné-Bissau corre o risco de ser dominada pela língua francesa. Como resultado, os cargos mais importantes nas organizações sub-regionais presentes na Guiné-Bissau continuarão a ser ocupados por cidadãos dos países francófonos membros da região, e os concursos e licitações serão frequentemente vencidos por empresas estrangeiras.

Há que realizar uma campanha de sensibilização e publicidade em relação à integração regional pelos órgãos competentes estatais. Existe um desconhecimento generalizado por parte da população guineense sobre o que é integração regional e os direitos, deveres e obrigações dos cidadãos no momento de circulação nos países-membros. Essa panorâmica prejudica sobretudo os comerciantes que regularmente

viajam para a Gâmbia e Senegal para comprarem as mercadorias. Nas fronteiras, muitas vezes veem os seus produtos confiscados de forma injusta, sem direito a se defenderem, e as autoridades guineenses pouco ou nada fazem para resolver tais problemas.

Nesta linha de raciocínio, a perspectiva sobre a diplomacia da Guiné-Bissau na CEDEAO é complexa e multifacetada. Como membro desta organização regional, a Guiné-Bissau enfrenta o desafio de equilibrar os seus interesses nacionais com os objetivos e políticas coletivas da CEDEAO. Isso envolve a busca por uma política externa eficiente que promova o desenvolvimento socioeconómico do país, ao mesmo tempo em que contribui para a estabilidade e a cooperação na região. A Guiné-Bissau também precisa considerar as questões linguísticas e culturais que surgem da sua adesão à CEDEAO, particularmente em relação ao domínio do francês em detrimento do português. Em última análise, a diplomacia da Guiné-Bissau na CEDEAO desempenha um papel crucial na determinação do seu futuro no contexto regional e global.

2.5. Avanço e recuo no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau

No que concerne ao progresso no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau após a independência, as indústrias de base existentes no país representaram uma iniciativa significativa para o seu desenvolvimento. Estas indústrias refletiram uma abordagem de desenvolvimento que inicialmente se concentrou nas áreas urbanas, principalmente na capital, Bissau. As únicas empresas que foram estabelecidas no interior do país foram a Titina Silá, na cidade de Bolama, antiga capital do país, que se dedicava à transformação de sumos e polpas de fruta de caju, e a Cerâmica de Bafatá, que se dedicava à produção de cerâmicas e tijolos.

Este período foi caracterizado pela conceção de grandes projetos de desenvolvimento. Contudo, algumas dessas indústrias revelaram-se insustentáveis em termos de manutenção, como é o caso do Complexo Agroindustrial de Cumeré (CAIC) e a Unidade de Montagem de Veículos (NHAI). Com o passar do tempo, o país enfrentou desafios relacionados com a falta de infraestrutura adequada e de matéria-prima própria para sustentar essas fábricas mencionadas.

Por outro lado, algumas das empresas mencionadas anteriormente teriam sido viáveis se tivessem sido adequadamente geridas, como é o caso da Cerâmica de Bafatá, da Folbi, de Titina Silá, da Espuma e outras. Infelizmente, essas empresas acabaram por

falir devido à má gestão. A maioria das indústrias que existiam no país naquela época também enfrentaram a mesma sorte, pois quando foram criadas, a Guiné-Bissau não dispunha de quadros técnicos experientes em quantidade suficiente para administrar essas empresas estatais.

A falta de pessoal técnico experiente tanto na administração pública quanto nas empresas estatais gerou diversos desafios no planeamento de políticas públicas e na gestão eficaz das empresas estatais. É importante mencionar que essas empresas estatais foram estabelecidas com financiamento internacional. No entanto, a maioria delas era viável e administrável. No entanto, todas elas acabaram por falir devido a uma “má gestão e administração ineficiente” (Barros, 2011, p.42).

Portanto, pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento adotado após a independência na Guiné-Bissau era baseado no socialismo, um modelo que perdurou até o final dos anos oitenta. Na primeira metade dos anos 80, esse modelo de desenvolvimento começou a dar lugar a um modelo mais liberal, baseado no liberalismo, que promoveu a liberalização do mercado. Isso permitiu que cada cidadão guineense tivesse o direito de abrir os seus próprios negócios, empresas e associações (Cardoso, 1996).

Para a Guiné-Bissau, como é o caso da grande maioria dos países africanos, o colonialismo é o marco de maior referência, a partir do qual são geralmente estabelecidas, a vivência anterior mais recente (pré-colonial), a modalidade como os povos locais enfrentaram esse fenómeno, o modelo adotado para a descolonização e, o processo de edificação da nova entidade política, que emerge com a autodeterminação e independência.

Para muitos estudiosos e observadores da situação político-diplomática na Guiné-Bissau, existem momentos marcados por uma realidade social muito diversificada que se concentra num espaço geográfico bastante limitado, reunindo diversas entidades étnicas. Isso tem tornado difícil a construção de consensos necessários para estabelecer uma nação capaz de garantir estabilidade, paz e promover o desenvolvimento. A luta de libertação, embora tenha sido apresentada como um ato de afirmação cultural e ligação aos valores de liberdade e igualdade, também gerou profundas divisões sociais, comprometendo seriamente a capacidade de resolver os problemas pretendidos com a descolonização. Além disso, os efeitos do atraso e da dominação colonial sobre a

população africana têm limitado a sua capacidade de fazer escolhas autênticas, é preciso encontrar soluções intrínsecas à sua realidade.

Um destes elementos, quando combinado com outros fatores, encontra confirmação factual ou, pelo menos, parece estar mais alinhado com os registos disponíveis, e desempenha um papel significativo na definição da tradição histórica da Guiné-Bissau.

O golpe de Estado ocorrido em 12 de abril de 2012 representou um dos maiores retrocessos sociais dos últimos anos e constitui um dos principais obstáculos à promoção e proteção dos direitos humanos no país. Após este evento antidemocrático, que resultou na destituição forçada dos titulares das instituições democráticas pelas forças armadas, direitos e liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, manifestação e reunião, foram e continuam a ser ilegalmente restringidos pelas autoridades militares que detêm o poder real no país. Isso é justificado em nome da garantia de uma paz e estabilidade que não existem, o que constitui uma clara violação da Constituição da República e dos instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos (Lima, 2022).

A Guiné-Bissau, após a independência, passou a ser dirigida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), até nos anos de 1990, período em que ocorreram as primeiras eleições multipartidárias de 1994 no país, ganhas pelo partido libertador.

Contudo, desde que o país assumiu a democracia nunca conheceu a paz governativa, e essa instabilidade política contribuiu significativamente para o atraso no desenvolvimento em todos os setores nacionais como na economia, saúde, educação, justiça, infraestruturas, dentre outros. De acordo com o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II, 2011, p. 32), “as constantes instabilidades políticas têm contribuído não só para o fraco crescimento econômico do país, mas também para o baixo Índice do Desenvolvimento Humano (IDH)”. Segundo o PNUD, citado pelo referido documento, em 2010, o país conta com IDH de 0,289, encontra-se na 164ª posição num total de 169 países.

Em face disso, a Guiné-Bissau é considerado um dos países mais pobres do mundo, devido à sua fragilidade em vários setores como a educação e a saúde. Ao referir-se que na área da saúde, o país tem enfrentado problemas graves, seja pela falta de infraestruturas sanitárias, seja pela falta de recursos humanos e materiais necessários para

esta área. Assim sendo, esta realidade reflete-se, também na capacidade de produção da população guineense, bem como na fraca esperança média de vida (World Bank, 2023).

Apesar do progresso económico de meados da década de 1990 em diante, “o regime de Nino Vieira foi empobrecido pelo seu autoritarismo arraigado, que fomentou o descontentamento entre a oposição política e os militares” (Ferreira, 2004, p.74).

As tentativas de modernização das forças armadas, que incluíram a promoção de soldados mais jovens e a desmobilização dos veteranos da luta de libertação, que constituíam o braço armado do PAIGC, juntamente com atrasos no pagamento dos salários e interferência política na gestão militar, desempenharam um papel importante no desencadeamento do conflito violento. Nesse contexto, a aposentadoria forçada do Chefe das Forças Armadas, brigadeiro Ansumane Mané, sob a alegação de seu suposto apoio ao movimento rebelde separatista na província de Casamança, no vizinho Senegal, contribuiu para a escalada do conflito (Sangreman et al., 2006).

Em maio de 1991, o regime do PAIGC, liderado pelo presidente Nino Vieira, iniciou a primeira tentativa para uma reforma político-administrativa. Reviu a constituição de 1984 para, entre outras alterações, abolir o artigo IV da constituição, que consagrou o PAIGC como a principal força política da sociedade e do Estado e, simultaneamente, aprovou a nova lei que permitiu o multipartidarismo e a liberdade de imprensa. Também permitiu que as instituições formais fossem eleitas democraticamente, instituindo então a separação de poderes (legislativo, judiciário e executivos) e grupos da sociedade civil razoavelmente bem organizados. A partir daí, a Guiné-Bissau foi reconhecida como um país a caminho da democratização.

A falta de estabilidade política e da liderança na Guiné-Bissau cria um campo social de existência da potencial banalização das instituições de Estado. Se a persistência de uma cultura de banalização do caos ainda não se pode considerar generalizada, isto deve-se à convicção forte da população de que a liderança de um “chefe” pode cumprir as expectativas de vida melhor que a independência prometeu.

As constantes violações dos direitos humanos perpetradas neste período contribuíram para a deterioração da estabilidade interna. A limitação no acesso a jornais, o encerramento de estações de rádio e a proibição de transmissões de televisão refletiram as restrições que foram colocadas nos media em Bissau. Além disso, a dissolução da Assembleia Nacional por Kumba Ialá, em novembro de 2002, e a dissolução da Assembleia Nacional por Umaro Sissoco Embaló, em maio de 2022 contribuíram

significativamente o retrocesso do país no que tange o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

2.6. Diplomacia: o papel da CPLP em momentos de crises na Guiné-Bissau

Para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas dos interesses geopolíticos, é fundamental considerar a entrada da Guiné-Bissau na CEDEAO em 1975 e, posteriormente, na comunidade intercontinental da CPLP em 1996. Antes do conflito de 1998/1999, havia pouco conhecimento na Guiné-Bissau sobre os interesses geopolíticos e ideológicos dessas organizações em relação ao país, uma vez que as relações estabelecidas e mantidas com o país eram predominantemente de cooperação.

É crucial contextualizar o papel dessas instituições em momentos de crise na Guiné-Bissau, pois é a partir desses contextos que se tornam intervenientes, promovendo as suas ideologias de acordo com os seus interesses geoestratégicos e políticos.

Com a Guerra Civil de junho de 1998 a maio 1999, os dois países vizinhos, Senegal e Guiné-Conacri, destacaram conjuntamente cerca de 2.000 soldados para apoiar o Presidente João Bernardo Vieira “Nino”, por exemplo. Na altura, os guineenses opuseram-se frontalmente à intervenção estrangeira e alinharam-se com as forças do General Mané, a denominada Junta Militar, originando violentos confrontos entre soldados senegaleses e guineenses.

De acordo com Carvalho (2013, p.56), “esse acontecimento e agravantes políticos institucionais começaram a entrar em cena os intervenientes internacionais, nomeadamente a CEDEAO e a CPLP”. No entanto, a CEDEAO interveio, mas de uma forma que muitos interpretaram como sendo favorável ao ex-presidente João Bernardo Vieira “Nino”, pois, com a decisão unilateral desses países em acordos firmados anteriormente com a Guiné-Bissau, os militares senegaleses e guineenses da República da Guiné (Conacri) estavam do lado do então Presidente da República João Bernardo Vieira “Nino” (Sangreman et al., 2006).

A CPLP tentou, por seu lado, negociar a paz, mas o Senegal e a CEDEAO resistiram ao envolvimento dessa organização, as quais consideravam querer estar ao lado das forças do Mané. Por outras palavras, poucos parceiros externos pareciam ser neutros para encontrar uma saída na resolução dos conflitos institucionais que se iam agravar por quase duas décadas.

Para uma compreensão mais clara da situação, é importante destacar que, desde o início do conflito político-militar na Guiné-Bissau, tanto a CPLP quanto a CEDEAO tem demonstrado divergências na resolução de crises institucionais. A Guiné-Bissau e Cabo Verde são dois países membros da CPLP que também fazem parte da CEDEAO, o que tem levado a uma rivalidade aberta entre as duas organizações em termos de protagonismo.

Um exemplo recente desse desacordo ocorreu durante o golpe de abril de 2012. A questão central deste conflito estava relacionada com a presença de militares angolanos no território da Guiné-Bissau, de acordo com um acordo assinado em 2010, pelo então governo. Esse acordo abrangia áreas de cooperação no domínio da defesa e segurança, envolvendo formação militar, apoio logístico, engenharia militar e intercâmbio entre as Forças Armadas dos dois países.

Este acordo também incluía o apoio à Reforma no Setor da Defesa e Segurança. Nesse contexto, a CEDEAO, representada pela Nigéria e pelo então Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas (CEGFA), António Injai, interpretou o acordo de cooperação técnico-militar entre os governos da Guiné-Bissau e Angola como uma tentativa de expansão da influência de Angola para a região da CEDEAO.

Essa parceria entre a Guiné-Bissau e Angola foi mal compreendida pelos Estados membros da CEDEAO, que também interpretaram que Angola estava a interferir em áreas da sua responsabilidade regional. Isso foi um dos motivos que levaram ao Golpe de Estado de 2012 na Guiné-Bissau, especialmente devido à presença das forças militares angolanas em território guineense naquela época.

Após o golpe de 12 de abril de 2012, que destituiu o Presidente interino da República, ex-Primeiro-Ministro e candidato favorito no segundo turno das eleições presidenciais, surgiram novamente divergências entre a CEDEAO e a CPLP em relação aos acontecimentos no país.

Os líderes no poder na Guiné-Bissau, após serem destituídos e exilados em Portugal, têm representado o país nas cimeiras da CPLP desde o golpe de Estado, uma vez que a CPLP não reconheceu o novo governo de transição após o golpe. A organização não reconheceu as autoridades de transição e defendeu a restauração imediata da ordem constitucional. No entanto, figuras como Carlos Gomes Jr. e outras personalidades políticas e militares exiladas têm frequentado constantemente a sede da CPLP em Portugal.

Assim, tanto a CPLP como a CEDEAO parecem apoiar diferentes redes de aliados na Guiné-Bissau, intensificando as divergências políticas e reforçando as rivalidades dentro da classe política. Com base nesses pressupostos, entende-se que o Estado da Guiné-Bissau enfrenta um desafio que requer uma abordagem mais elaborada junto dessas duas organizações, a fim de garantir uma abordagem equilibrada, devidamente coordenada por meio de uma instituição que coordene as ações, bem como uma definição clara de competências e atribuições nas estruturas do Estado.

Segundo Carvalho (2015, p. 214), “a eficiência das ações do governo, com a capacidade de intervir de forma coerente no diálogo com os parceiros internos e externos”, também como a eficácia e a unicidade nacional, são fatores primordiais que o governo deve encarar em nível nacional e internacional, não deve descurar. Contudo, a Guiné-Bissau tem sido, desde a sua independência, dependente e refém da comunidade internacional, ora por condicionalidade, ora por motivos desconhecidos de interesse externo. O mesmo autor adianta que “estas atitudes aprofundaram, conseqüentemente, as fragilidades do Estado elemento nuclear de qualquer processo de estabilização e defensor de interesse nacional e de segmentos da sociedade” (Carvalho, 2015, p. 209).

A realização dos objetivos conjunturais no âmbito do conflito político-ideológico e militar deixou uma marca profunda na cena internacional, influenciando as políticas externas e de cooperação internacional dos principais atores globais. Isso ocorreu especialmente através das questões relacionadas com as dívidas externas, que consideramos serem um fator fundamental para a influência internacional no contexto guineense para a ajuda internacional.

É importante destacar que a passagem dos artigos da UA pode servir como um exemplo em relação a outros intervenientes internacionais, como a CPLP e a CEDEAO, que não demonstraram imparcialidade nas suas ações durante os períodos de crise política e institucional na Guiné-Bissau. Isso levou a uma certa desconfiança em relação aos interesses estratégicos de cada país da região que pertence a essas organizações.

Na realidade, a CPLP não possui um orçamento definido, nem experiência ou mandato concreto para gerir missões de estabilização, ao contrário da CEDEAO, que tem atuado em vários países dos seus Estados-Membros. A CEDEAO possui uma presença mais significativa em Bissau e dispõe de meios mais substanciais para gerir questões de

paz e segurança. Isso tem conferido maior legitimidade à CEDEAO em toda a região e permite contar com recursos específicos, principalmente na África Ocidental.

Além disso, a CEDEAO mantém um relacionamento positivo com a liderança militar da Guiné-Bissau, embora muitos guineenses desconfiem da organização devido ao apoio prestado pelo Senegal e Guiné-Conacri ao então Presidente Vieira durante a Guerra Civil, um conflito político/militar que começou em junho de 1998 e durou até maio de 1999. Também é importante mencionar o apoio dado ao golpe de 12 de abril de 2012 por parte da Nigéria e Senegal, com a justificação de que a questão central era a presença de militares de Angola no território da Guiné-Bissau, de acordo com um acordo assinado em 2010 entre o governo guineense e Angola, no âmbito da cooperação na área da defesa e segurança. Segundo Sangreman et al. (2006, p.87), “a má reputação da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB) na prevenção de abusos de direitos humanos”, bem como em várias regiões da África Ocidental.

Dentro dessa perspectiva, é importante considerar os interesses económicos na Guiné-Bissau, um país que embora seja pequeno tem-se revelado grande em termos de recursos energéticos, como fosfato, bauxita, lítio, ouro, diamantes e negócios relacionados com areias pesadas. O petróleo, que foi recentemente descoberto na região das ilhas dos Bijagós, é um dos principais atrativos. França, em particular, demonstra um forte interesse em competir com a GALP Energia, uma empresa portuguesa de combustíveis e energia, no território da Guiné-Bissau, após consolidar o seu domínio em nível regional. É possível observar uma competição entre Portugal e França no território guineense.

Além disso, é evidente que a política externa da Guiné-Bissau precisa fazer um esforço maior na coordenação da aplicação de medidas de estabilização em diversos níveis.

A missão da ONU no país, que é uma organização com quadros mais numerosos, maior orçamento, presença constante e credibilidade junto de intervenientes nacionais e internacionais, é o órgão mais bem posicionado para reforçar a cooperação no terreno e a coordenação entre organizações internacionais. Desde 1999, as Nações Unidas têm um gabinete permanente para ajudar a Guiné-Bissau a ultrapassar crises - o Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), em inglês: *United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-*

Bissau, desde 2009 denominado Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

Com a crise do Estado e a sua incapacidade de organização institucional, a Guiné-Bissau tornou-se um porto atrativo para redes de narcotráfico conduzirem as suas operações. As autoridades enfrentaram desafios no controlo dessas atividades e, em alguns casos, partes do aparato estatal estiveram envolvidas em facilitá-las (Carvalho, 2015, p.214).

O país sofreu sanções internacionais que tiveram amplos efeitos em toda a estrutura governamental, considerando que a maior parte do seu orçamento depende da ajuda internacional. Isso impactou negativamente a capacidade do Estado de cumprir as suas obrigações, implementar políticas públicas, garantir a segurança dos cidadãos e exercer uma verdadeira governança pública. Como resultado, “o Estado gradualmente perdeu a confiança dos cidadãos, e os sucessivos governos perderam a credibilidade interna e externa” (Sangreman et al., 2006). Esses fatores levantam questões sobre as causas dos conflitos e a política externa relacionada à ajuda para o desenvolvimento dos principais parceiros da Guiné-Bissau.

A CPLP envia missões de consolidação da paz à Guiné-Bissau durante momentos de instabilidade política, bem como missões de observação eleitoral para supervisionar os processos eleitorais e a consolidação dos regimes democráticos. Desde a criação da CPLP, todos os atos eleitorais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, com exceção de Cabo Verde, têm contado com a presença de observadores eleitorais internacionais. No caso da Guiné-Bissau, a CPLP inclui a coordenação política e diplomática entre os seus membros como um dos objetivos gerais da organização. De facto, um dos propósitos da CPLP é promover a coordenação política e diplomática entre os seus Estados-membros, especialmente para reforçar a consolidação da paz.

No contexto da prevenção de conflitos durante os processos eleitorais, a CPLP enviou uma missão a Bissau com o objetivo de monitorizar o processo eleitoral, avaliando os preparativos para as eleições e recolhendo informações sobre o sentimento geral da população guineense e, em particular, das principais formações políticas envolvidas no processo eleitoral.

O Chefe da MOE-CPLP, Oldemiro Baloi, a 22 de novembro, encontrou-se com a Ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e Comunidades da Guiné-Bissau, Suzy Barbosa. Neste mesmo dia, todos os observadores integrados na MOE-CPLP participaram numa reunião promovida pelas Nações Unidas com as Missões de Observação Eleitoral Internacionais, com os intuitos de articulação e realização de um ponto de situação. O Ex-Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, recebeu a MOE- CPLP nas Presidenciais, a 21 de novembro de 2019. No encontro, estiveram também os embaixadores de Angola, Brasil e Portugal acreditados em Bissau, respetivamente, Daniel Rosa, Fábio Franco e António Alves Carvalho. O grupo P5, das cinco organizações internacionais envolvidas no processo de consolidação da paz na Guiné-Bissau - CPLP, UA, CEDEAO, UE e Nações Unidas, reuniu também no mesmo dia, a 21 de novembro.

Quanto ao papel da CPLP na violência eleitoral na Guiné, este é limitado e tem a tendência a apresentar relatórios que se focam nos pontos positivos, declarando as eleições como livres e justas, mesmo quando existem casos de violência eleitoral.

Neste sentido, a CPLP acaba por ser mais um instrumento de política externa internacional, em linha de raciocínio, aliás com as conclusões de Daxecher (2012, p.505) afirma que “as missões da CPLP acabam por ser uma ferramenta que permite que as eleições tenham um melhor parecer internacional”.

Capítulo III- Política externa do Estado Guineense

3.1. Caracterização geográfica, política, económica e sociocultural da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um pequeno país situado na costa ocidental da África, limitada a Norte pela República do Senegal, ao Sul e Leste pela República da Guiné-Conacri e ao Oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. Com uma extensão territorial de 36.125 Km², dividida administrativamente em 8 regiões mais setor autónomo de Bissau (SAB) e 36 setores. O território guineense compreende uma parte continental e uma parte insular composta pelo arquipélago dos Bijagós, as cerca de 40 ilhas, das quais apenas 20 são habitáveis. A sua população é estimada em 2 milhões de habitantes (Salla et al., 2019).

A Guiné-Bissau apresenta condição climática quente e húmida com duas estações bem separadas: a estação da chuva (de maio a outubro) e a estação de seca (de novembro a maio). Agosto é o mês de maior pluviosidade e os meses de abril e maio são os mais quentes do ano. A temperatura média anual é de 30°C a 35°C, a vegetação é do tipo savana e floresta tropical.

Segundo Santos (1989, p.191) afirma, “o atual território da Guiné-Bissau foi delimitado em 1886. Nesse espaço geográfico evolui assim até aos nossos dias uma população heterogênea constituída por vários grupos etnicamente distintos, com organizações sociais, culturais, religiosas, económicas e políticas bastante diferenciadas”.

Do ponto de vista político, a Guiné-Bissau foi “descoberta” por um português chamado Nuno Tristão em 1446 e, como outros territórios da África lusófona, foi colonizada por Portugal. Embora Portugal tenha ocupado a região que hoje é a Guiné-Bissau desde o século XV, a colonização efetiva da República da Guiné-Bissau ocorreu entre os séculos XIX e XX.

O período colonial na Guiné-Bissau foi caracterizado por trocas comerciais injustas, com largas vantagens para a metrópole, além de práticas como tortura, tratamentos desumanos e tráfico de escravos. Conforme aponta Caetano (2012, p.28), "as estruturas sociais da sociedade guineense foram profundamente afetadas, impondo ao homem guineense a cultura do homem europeu". Ferreira e Veiga (1957, p. 68) também

observam que “a sociedade guineense foi fortemente dividida pelo Estatuto de Indigenato (Decreto nº 16 698/1927, de 30 de maio), que estabeleceu uma distinção entre assimilados e indígenas”.

A independência da Guiné-Bissau foi proclamada unilateralmente em 24 de setembro de 1973, mas só foi reconhecida por Portugal em 10 de setembro de 1974. A partir desse reconhecimento, em 1974, até 1991, a Guiné-Bissau foi governada por um regime de partido único com inclinações marxistas, caracterizado por um sistema autocrático e altamente centralizado.

O processo da democratização da Guiné-Bissau só ganhou uma evolução significativa em 1991. As primeiras eleições multipartidárias foram realizadas em 3 de julho de 1994. “Desde a independência total em 1974, a Guiné-Bissau teve 18 golpes, tentativas de golpe e supostos golpes militares” segundo o FMI (2015, p.5). Aliás, desde a independência total da RGB em 1974, até hoje, só uma vez o chefe de Estado conseguiu terminar o seu mandato, em 2014 até 2019 (José Mário Vaz) e nenhum governo guineense conseguiu terminar a sua legislatura. Esta situação de instabilidade e mudanças constantes provocam a interrupção na implementação das políticas públicas e têm dificultado atuação da política externa de forma eficaz e na condução da sua diplomacia, com impacto muito negativo na política interna, como sem tem vindo a frisar.

Do ponto de vista económico, não obstante, ser um país rico em recursos hídricos e biológicos, a Guiné-Bissau é considerada um Estado muito frágil. Segundo o Ministério da Economia do Plano e Integração Regional (MEPIR) “a pobreza é generalizada com maior incidência nas zonas rurais. Estima-se que 64,7% da população guineense vive com menos de 2 dólares/dia, dos quais 20,8% vivem numa situação da pobreza extrema com rendimentos abaixo de 1 dólar/dia” (MEPIR, 2011, p.34).

A economia do país é baseada principalmente na agricultura, pesca e de exportação de castanha de caju. Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH, 2009, p. 14), “o país está mergulhado numa vulnerabilidade económica, tendo em conta a sua elevada dependência da agricultura (cerca de 60% do PIB)”. O único produto de exportação é a castanha de caju, a principal fonte de arrecadação do Estado e representa mais de 90% das exportações totais e representa cerca 17% das receitas Públicas. O RGPH, ainda aponta que o setor privado demonstra algumas fragilidades, sobretudo, em atividades informais, sem capacidade para gerar novos empregos. Esta fragilidade tendo em conta a falta de infraestruturas (energias,

transporte, água potável, saneamento básico, (...) faz com que estes setores sejam limitados para a construção de desenvolvimento económico do país.

O índice de desemprego é altíssimo e o salário é extremamente baixo. De acordo com RGPH (2009), nos últimos anos, a fragilidade político-económica levou o país a uma situação bastante difícil em termos dos recursos humanos. É importante destacar que a contribuição dos emigrantes para o país é extremamente fundamental, porém devido os efeitos da crise mundial, contribuíram bastante na redução gradual de transferência/remessas para as famílias.

É importante destacar que entre os períodos de 2010 a 2012, a situação económica melhorou bastante devido à situação política do país. A partir do golpe de Estado de 12 de abril de 2012, o país entrou novamente em crise até à data presente, onde os parceiros internacionais UE, BM, CPLP, UA entre outros cortaram as relações de apoio económico à Guiné-Bissau, com a promessa que voltar a dar apoio caso o governo voltasse a ser eleito democraticamente.

No que tange à situação sociocultural, a Guiné-Bissau é um país com grande diversidade linguística e cultural caracterizada por existência de cerca de 30 grupos étnicos. Assim sendo, a maioria dos guineenses fala mais de que uma língua étnica. “Estas línguas étnicas partilham o mesmo espaço com o crioulo e português. A língua portuguesa, não obstante, ser considerada a língua oficial e do ensino, apenas 5% a possui como língua materna e só 10 % consegue falar” (OCDE, 2010, cit. por Caetano, 2012, p.32).

No que diz respeito ao contexto sociocultural, a Guiné-Bissau apresenta uma notável heterogeneidade do ponto de vista das tradições e da cultura guineense. O Instituto Nacional de Estatística (INE) oferece dados que nos permitem compreender a diversidade cultural desse povo. De acordo com os dados do RGPH (2009), a maioria da população segue a fé muçulmana, representando 45,1% da população total. Em seguida, encontramos os cristãos, que compõem 22,1% da população, e os seguidores das religiões tradicionais animistas, representando 14,9%.

No que concernem algumas manifestações, as comemorações têm um retrato cultural, social e político. Segundo Semedo (2011, p. 62), “todas as etnias guineenses guardam na sua tradição formas de canto, sejam de enaltecer os antepassados, famílias, linhagens ou até os mortos”.

Percebe-se que a cultura ocupa o lugar privilegiado na sociedade guineense. Atualmente, existem programas televisivos que exibem apresentações de Tina, e várias músicas de diferentes grupos étnicos também são transmitidas nas rádios. O artesanato do país desempenha um papel de grande relevância no contexto cultural. A arte representa uma forma singular de expressão de cada grupo étnico e serve como uma ferramenta para identidade e afirmação de pertença, abrangendo desde as expressões artísticas específicas até às mais gerais da cultura guineense.

3.2. Enquadramento da política externa guineense

A política externa guineense é uma política pública executada fora do território nacional de um Estado, ou seja, é uma forma de política pública executada fora da esfera nacional, com o intuito de atingir as metas e os objetivos traçados por um determinado governo ou Estado. A política externa guineense insere-se nesta ótica, sendo uma forma de Estado da Guiné-Bissau prosseguir os seus objetivos fora do seu território nacional e no relacionamento com os seus parceiros internacionais.

A Guiné-Bissau é um pequeno Estado em superfície, situado na costa ocidental da África, com fronteira ao norte com Senegal, ao sul com Guiné-Conacri e a Oeste pelo oceano atlântico e com uma importante Zona Económica Exclusiva (ZEE).

A Guiné-Bissau faz parte do espaço geográfico de atuação da CEDEAO. Além disso, o país tem grande vantagem para o Atlântico, que é uma via importante para comercialização e comunicação com outros continentes, tais como a América, a Europa e a própria África.

A Guiné-Bissau tem grande benefícios de ser um país do atlântico, com boas condições de saída para o mar e de possuir uma parte continental e outra insular com várias dezenas de ilhas e um mar interior rico em pescado, particularmente do ponto de vista económico e do turismo.

De forma geral, a política externa da Guiné-Bissau resulta de um trabalho fundado na Constituição da República, apesar das dificuldades do processo decisório e do próprio exercício da política externa, como pode ser visto nos artigos na frase seguinte.

A estrutura política da Guiné-Bissau é marcada pelo sistema de governo semipresidencialista, em que o Chefe de Estado (Presidente) e Chefe de Governo

(Primeiro-Ministro) influenciam no processo decisório sem que este esteja explicitamente hierarquizado. Segundo Mbundé (2016), o artigo 96º da Constituição da República da Guiné-Bissau atribui ao Primeiro-Ministro a responsabilidade de conduzir a política externa, com a obrigação de comunicar sobre esses assuntos ao Presidente da República. Da mesma forma, o artigo 68º estabelece que o Presidente da República deve ratificar os tratados e acordos internacionais.

Neste contexto, verifica-se uma incongruência nas responsabilidades jurídicas deste sistema semipresidencialista, uma vez que o Chefe de Estado e o Chefe de Governo desempenham, em algumas ocasiões, papéis intercambiáveis, o que pode gerar ambiguidades na hierarquização do processo decisório em matéria de política externa. Apesar das divergências entre essas duas instâncias de liderança da política externa, a Constituição valoriza o aconselhamento mútuo entre o Governo e o Estado. No entanto, a falta de uma definição hierarquizada das competências na execução da política externa guineense pode resultar em impasses em situações de tensão.

Por exemplo, durante o mandato de Cadogo como Primeiro-Ministro, quando uma força de segurança liderada por angolanos foi implantada, o Presidente Malam Bacai Sanha e as Forças Armadas não apoiaram essa ação, o que resultou em desentendimentos no governo e, posteriormente, no afastamento de Cadogo do cargo. Mais tarde, Cadogo exilou-se em Portugal.

Além disso, Mbundé (2016, p. 36) afirma que:

“o Primeiro-Ministro e o Ministro de Negócios Estrangeiro e da Cooperação (MNEC) são formuladores e implementadores da política externa da Guiné-Bissau, uma vez que esta é um tipo de política maioritariamente de governo, porém que não ser oposta à política de Estado”.

Isto reflete a questão do domínio, dos fins do governo e do Estado na execução política externa.

Em relação às fraquezas, o baixo nível de desenvolvimento económico, a exiguidade do mercado interno e as dificuldades de acesso ao mercado internacional, representam sérios constrangimentos em matéria de mobilização de benefícios externos para o apoio ao desenvolvimento económico.

O país é membro da CEDEAO, desde a sua criação, e da UEMOA com a adesão em 1997, sendo “espaços de integração económica, que tendem a alargar mercados e aproveitar as oportunidades regionais para as estratégias nacionais de desenvolvimento”

(Carvalho, 2015, p.45). Opostamente à CEDEAO, a pertença à UEMOA ofereceu vantagens económicas imediatas, particularmente no domínio monetário, refletindo-se essencialmente na moeda comum, o Franco (CFA), na sua estabilidade cambial e nos mecanismos de controlo da inflação que oferece.

No que diz respeito aos benefícios de uma interação económica com os Estados vizinhos imediatos membros da UEMOA e da CEDEAO, é necessário ter a consciência que o país tem a desvantagem na sub-região, de situar-se na periferia destes espaços.

Como tem sido referido, o país enfrenta uma grande dependência na Comunidade Internacional e caracteriza a situação económica e financeira da Guiné-Bissau. O país continua tributário da ajuda externa, designadamente para o apoio ao orçamento e para a implementação de programas de investimento público. Carvalho (2015, p. 45) argumenta que “a dinâmica das políticas públicas, nomeadamente o número de programas e projetos de governação executados, é praticamente condicionada pela assistência internacional”.

Na Guiné-Bissau, nos últimos anos, vivem-se dificuldades de comunicação e das instituições entre órgãos de soberania, devido a questões partidárias, especialmente a rivalidade endógena no PAIGC. Dessa forma, a Guiné-Bissau tem limitada capacidade de garantir interesses na área externa, pois existe um círculo vicioso em que o aprofundamento das crises políticas coloca entraves no exercício da política externa, enquanto o enfraquecimento da política externa resulta no agravamento das crises políticas. Atualmente, há uma baixa confiabilidade para manutenção de acordos e parcerias, dificultando com que o país fortaleça laços com outros atores, especialmente no âmbito comerciais.

O Chefe de Estado, o Chefe de Governo e o Ministro de Negócios e Cooperação competem entre si como atores centrais na formulação e implementação da política externa. Neste sentido, acabam por colocar a política externa guineense numa situação débil e de falta unidade.

No que se refere ao processo decisório da política externa guineense, é importante mencionar o papel da Assembleia Nacional Popular (ANP), como órgão que diretamente envolve na aprovação de qualquer acordo assinado. Segundo o artigo 85 da Constituição, a ANP tem prerrogativa de “aprovar os tratados que envolvam a participação da Guiné-Bissau em organizações internacionais, os tratados de amizade, de

paz, de defesa, de retificação de fronteiras e ainda quaisquer outros que o Governo entenda submeter-lhe” (CR-GB, 1996).

Na formação da política externa há uma relação entre as ações de Executivo e Legislativo.

“O custo de um acordo não ser ratificado é alto para o executivo e, portanto, ele vai antecipar a reação do legislativo em sua negociação com o executivo estrangeiro, existindo dois movimentos no jogo: Executivos nacionais e estrangeiros negociam e chegam a um acordo ou a legislatura ratifica ou rejeita o acordo” (Hebling, 2015, p.18).

É notável que algumas instâncias nacionais guineenses têm dificuldades em desempenhar o seu papel constitucional, principalmente neste cenário de que vários atores têm prerrogativa de gerir e exercer a política externa.

Neste sentido, Nilmer 1997 (cit. por Hebling, 2015, p.21) aponta que “nunca legislador vai reprovar a ratificação, porque na audiência entre ambos, é vista a questão da prioridade da ratificação pelo legislador”. Só que no caso na Guiné-Bissau é contrário, pois em dezembro 2021, ANP reprovou o acordo assinado pelo Presidente da República sobre a exploração da zona conjunta de petróleo entre Senegal e Guiné-Bissau. Alegou que acordo não cumpriu os tramites exigido pela lei. E existem vários exemplos de não aprovação de acordos na ANP.

Segundo Carvalho (2007, p.57), “a política externa depende essencialmente de uma forte vinculação com vários elementos domésticos, como o território, a população, os recursos naturais, a economia forte, a capacidade militar, a capacidade diplomática e a qualidade da governação”.

No caso de Guiné-Bissau salienta-se a questão económica visto que o país é dotado de recursos humanos e naturais, mas não é industrializado, resultando num Estado altamente dependente de ajuda externa para o seu desenvolvimento. De acordo com os dados de Banco Mundial (2020), a Guiné-Bissau, na classificação da economia, resulta em 727.5 PIB/Per capita (USD).

O portal de Fundação Mo Ibrahim (2007), a Guiné-Bissau ocupa a posição de país com menor índice da boa governação no continente africano, segundo os seguintes critérios: segurança, transparência e corrupção, direitos humanos, desenvolvimento económico sustentável e desenvolvimento humano. Estes fatores podem influenciar significativamente a instabilidades na política guineense, especialmente na capacidade de conduzir a sua política externa. Além disso, isto levanta questões sobre as fragilidades

da diplomacia guineense, que precisa ser composta de um corpo burocrático qualificado, maduro e comprometido com os objetivos do Estado.

A política externa guineense é estruturalmente complexa. Para Indi (2022, p. 46):

“a política externa da Guiné-Bissau não se consterna a uma estrutura efetiva amparada pelo Estado, ou seja, não possui um pensamento diplomático independente como exige as relações internacionais modernas, condicionando o país a uma política externa da sorte”.

Na Guiné-Bissau, desde o período da democratização, a partir dos anos 90, os programas de governos são diferentes em consonância com as diferentes realidades, afetando as diretrizes que cada governo define. Cada governo determina o seu objetivo, que são descontinuados seja por troca no próprio governo ou pela sua interrupção. É comum que os mandatos governamentais não sejam concluídos, logo, os objetivos de política externa também não são perseguidos com constante crise, ficando suscetíveis a muitas mudanças.

Em 2006-2007, o governo da Guiné-Bissau liderado por Cadogo estabeleceu alianças com Angola e, em parte, com Portugal. No entanto, governos subsequentes não seguiram a mesma abordagem, especialmente o atual governo, que fortaleceu as suas relações com Senegal. Isso significa que cada governo tomou lados diferentes, resultando numa sucessão de alianças cambiantes.

Essas rivalidades políticas são acentuadas, refletindo uma mentalidade de vencedor-takes-all, onde o partido que está no poder tem o controlo total (e a capacidade de efetuar mudanças). Por exemplo, durante o mandato de Cadogo Júnior como líder do PAIGC, a Guiné-Bissau tinha uma relação próxima com Angola. Pouco tempo depois, com a liderança de Domingos Simões Pereira, também do PAIGC, essa proximidade foi contestada. No atual governo do MADEM-G15, que chegou ao poder com o apoio de vários países da CEDEAO, as relações com Angola passaram a ter menos destaque. Portanto, tal dinâmica permite que cada governo assente a sua política externa baseada na necessidade corrente, o que limita o exercício de longo prazo da política externa guineense.

Não se defende que cada governo deva ser uma extensão do anterior e não modifique a política externa, mas no caso da Guiné-Bissau as mudanças são acentuadas e abruptas, minando a possibilidade de definição do interesse nacional e, consequentemente, da sua busca na área internacional. Portanto, deve-se pautar nos

recursos humanos competentes na formulação e no exercício da política externa no sentido de fortalecer a soberania e desenvolvimento da Guiné-Bissau.

3.3. Diplomacia da Guiné-Bissau

A diplomacia da Guiné-Bissau é um dos instrumentos da sua política externa. Compreender a condição de país menos avançado, frágil e com poucos fatores conjunturais do potencial político, capaz de conduzir a sua diplomacia no cenário internacional, é essencial. Ela representa um elemento vital para o Estado, sendo chamada a compensar as carências de outros fatores conjunturais do potencial político e reforçar as capacidades de defender e promover os objetivos nacionais permanentes no domínio externo, especialmente a mobilização de benefícios para o desenvolvimento económico e social.

A diplomacia guineense adquire, assim, uma importância particular para um Estado carente da maioria dos geradores estruturais e conjunturais do poder no domínio externo, exigindo uma diplomacia mais habilidosa, um planeamento mais eficaz e uma maior eficácia.

No entanto, paradoxalmente, neste paradigma diplomático em que as expectativas em relação ao papel da diplomacia são elevadas, surgem sérias preocupações quanto à capacidade e ao funcionamento deste instrumento para cumprir a sua missão a nível internacional. A situação da diplomacia guineense tem sido fortemente afetada pela falta de recursos humanos e materiais, bem como pelas dificuldades enfrentadas pelas cadeias de comando.

Conforme Carvalho (2015, p. 78):

“A necessidade de minorar este risco, isto passa por uma concertação permanente e coordenação efetiva entre as duas instituições, pelo pleno exercício das suas competências por parte do Ministério que tutela a diplomacia e pelo exercício efetivo da sua condição de primeiro assessor/conselheiro diplomático dos Chefes de Estado e de Governo”.

No entanto, a estratégia e tática das atuações diplomáticas devem evitar a exposição direta do Chefe de Estado, que é o principal responsável pelo comando da diplomacia. Na cultura e organização diplomáticas, é importante notar que poucos países apreciam e reagem favoravelmente a iniciativas que fogem das modalidades tradicionais

de diálogo e negociação diplomática em determinada matéria, especialmente quando dispensam consultas preparatórias e ações das estruturas diplomáticas competentes.

A falta de recursos materiais e humanos, bem como uma geografia de cobertura diplomática insuficiente, adequada às prioridades dos objetivos nacionais no plano externo, contribui para a situação atual da diplomacia guineense. Esta situação é caracterizada por recursos materiais limitados, baixa qualificação técnica dos agentes e, como resultado, resultados insatisfatórios em relação ao que se espera. Portanto, é crucial substituir esse cenário por um novo quadro que envolva mais recursos, melhor qualificação e uma coordenação mais eficaz para conduzir a diplomacia. Caso contrário, continuaremos a gastar recursos, mas com um retorno muito baixo, criando um ciclo em que os poucos recursos resultam em baixos retornos, perpetuando assim a escassez de recursos e impedindo a mobilização de benefícios para o desenvolvimento socioeconómico.

É necessário investir de maneira mais eficaz por meio de um programa que inclua reformas profundas, a fim de alcançar os objetivos desejados.

A melhoria da qualidade dos pessoais diplomáticos e consulares é um grande desafio para a diplomacia guineense. O aparelho diplomático guineense tem sido uma herança em recursos humanos criada na sua maioria por pessoal com níveis de formação abaixo do minimamente exigido para a entrada numa carreira diplomática: “as dificuldades no recrutamento do pessoal por concursos, que ainda não são realizados para a entrada e nem para as promoções nos escalões da carreira diplomática” (Carvalho, 2015, p.73). Pode dizer-se que a inexistência da avaliação do desempenho do pessoal diplomático e a ausência de mecanismos de promoção com base na competência e no mérito, falta de modalidades de formação em serviço e de especialização do pessoal nas áreas técnicas necessárias para o normal funcionamento do aparelho diplomático, são reais.

Há lacunas e vulnerabilidades de uma carreira diplomática muito limitada, tendo em conta a politização e as promoções de gabinete e ainda a falta de um grupo de agentes consulares devidamente qualificados para a proteção e assistência às comunidades guineenses no exterior.

É de referir-se que, opostamente a muitos jovens guineenses, a Guiné-Bissau não procedeu a nenhuma reforma da sua estrutura diplomática desde a independência. Os critérios de seleção política e de agente da segurança, mais o estatuto de ex-

combatente presidiram o recrutamento do pessoal diplomático, situação difícil na conjuntura pós-independência. Apesar de estes critérios deixarem de presidir o recrutamento do pessoal ainda nos anos 80, eles não foram substituídos por nenhuns outros, mais claros e transparentes.

No início dos anos 90 foi aprovada a carreira diplomática, definindo os critérios de admissão, promoção e o carácter apartidário do pessoal à referida carreira. Mas, até à presente data permaneciam sérias dificuldades na sua implementação, agravada pela não regulamentação deste instrumento. Sendo assim, o próprio Decreto que regula a carreira diplomática carece de uma revisão, tendo em vista a sua adaptação no contexto atual e exige melhor gestão dos recursos humanos com capacidades responder objetivos nacionais no domínio externo.

É real a falta de uma carreira para o pessoal técnico-administrativo, os precedentes de passagem do pessoal técnico e auxiliar para o quadro de pessoal diplomático, que marcaram o passado do Ministério.

Afirma Carvalho (2015, p.70) que:

“constituíram mais problemas na administração do pessoal, com os servidores técnico-administrativo e agentes consulares a serem admitidos diretamente na carreira diplomática sem qualquer critério definido e sem que tal seja uma mais-valia para o quadro do pessoal diplomático e para a administração do Estado”.

É pertinente levantar algumas questões sobre o aparelho diplomático guineense e abordá-las da seguinte forma: Por que a Guiné-Bissau continua a manter o atual quadro de pessoal diplomático, com grande parte dos seus membros sem a qualificação necessária, quando o país dispõe de muitos quadros em todas as áreas relevantes para a diplomacia? Por que o Estado guineense não investe seriamente na formação dos agentes diplomáticos e na especialização de seus funcionários? Será relevante a implementação de uma formação específica para os agentes diplomáticos da Guiné-Bissau?

A realização de concursos nacionais para o ingresso na carreira diplomática, a criação de módulos de formação para o pessoal diplomático e os agentes consulares, bem como o estabelecimento de modalidades de estágios para os funcionários recém-contratados, são medidas que o Estado deve adotar para investir na formação do pessoal na prática diplomática. Isso é fundamental para que o país possa atingir os seus objetivos nacionais permanentes e defender os seus interesses nacionais no âmbito internacional, especialmente no que diz respeito à geopolítica e à estratégia diplomática, bem como na gestão da cooperação para o desenvolvimento económico.

Portanto, é necessário reformar o corpo diplomático guineense, afastando-se do corporativismo negativo e das preocupações pessoais de alguns agentes diplomáticos. O Estado deve assumir a responsabilidade de formar uma nova geração de profissionais para o serviço diplomático, com o objetivo de colocar a diplomacia a serviço dos interesses do Estado e fortalecer o seu potencial político no cenário internacional.

3.4. Breve Análise sobre história da Diplomacia Guineense

Sá (2020, p. 5) refere que a “ocupação portuguesa ao território hoje chamado de Guiné-Bissau no século XVI, constituiu gigantescas divisões no seio da sociedade guineense, promovendo distinções separações”. Além disso, a ocultação física e/ou cognitiva dos povos colonizados constituiu-se como pedra angular da criação da modernidade ocidental e do desenvolvimento do pensamento abissal. Nesse contexto, as distinções foram estabelecidas através da divisão do mundo em universos distintos. Seguindo esse raciocínio, é possível compreender as separações promovidas pelos colonizadores no seio da sociedade guineense. Essas separações deixaram "cicatrizes" quase que indeléveis na cultura, no modo de vida, nas organizações sociais ou tradicionais, na educação e no desenvolvimento em geral da sociedade guineense durante e após o colonialismo. É importante observar que o conceito de "sociedade civil" foi criado na Europa para pensar as suas próprias formas de organização, inicialmente negando qualquer outra forma de organização que não se encaixasse nesse modelo.

Importante ressaltar que a partir do ano de 1961 se intensificaram as lutas na edificação e organização de uma sociedade guineense proativa e comprometida com a transformação, por isso dois anos depois, em 1963, começa a luta de libertação armada.

A mobilização de uma vasta massa de aderentes à ideia da luta de libertação nacional e ao sucesso desta luta deve-se em larga medida à existência de espaços criados pela sociedade civil através das canções da luta, as quais tiveram um papel diplomático na mobilização das organizações internacionais e cujo alcance transcendeu o território sob controlo das forças nacionalistas.

Com a entrada do século XX, principalmente ao longo da sua primeira metade, constata-se uma mudança na ordem mundial, em particular no período entre a primeira Guerra Mundial e a segunda Guerra Mundial. Essas mudanças acabaram por favorecer o surgimento e disseminação de pensamentos e ideias, como o nacionalismo.

De acordo com Carvalho (2016, p.3) “aparece o Amílcar Cabral e chamou atenção devido ao seu conceito de nação” como resultado da reação de um grupo de homens e de mulheres face ao meio social e aos problemas existentes, e da sua ação conjunta para enfrentar esses problemas, “na medida em que tenham uma aspiração comum, nesse caso, a conquista da independência e a soberania nacional.”

Para Amílcar Cabral a concepção de nação, de acordo com Candé (2013, p. 33) “estava associada à questão da libertação, do nascimento do ‘homem novo’, de uma nova cultura nacional, uma consciência de pertencer a uma comunidade ligada a um território, para a sua afirmação da luta de libertação”. O período de grande tensão mundial, conhecida como a Guerra Fria, foi marcado pela bipolaridade capitalista e socialista, com os EUA de um lado (Capitalista) e a antiga União Soviética (URSS) do outro.

Para além do PAIGC, já existiam outras organizações no período colonial que também desempenharam papéis importantíssimos na luta da libertação nacional para a independência da Guiné-Bissau, assim como: a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), e a União Democrática das Mulheres (UDEMU) criadas 1961-62 (Barros, 2014). Estas organizações surgem precisamente com o término legal do estatuto do indigenato, no ano de 1961, com o intuito de defender os direitos dos cidadãos e aqueles marginalizados pelos colonizadores.

Neste mesmo ano, segundo Carvalho (2016, p.208), “começou o esquema que foi conhecido de Ação Direta”, tática que tinha como base a sabotagem económica mediante destruição de estradas, pontes, redes elétricas e sistemas de comunicação colonial. Percebe-se que a política do PAIGC, voltada para o território guineense, dialogava com a diplomacia anticolonial, que buscava apoio internacional e enfraquecer a presença colonial no território nacional.

Após o massacre no cais de Pindjiguiti, executado em Bissau pelas tropas coloniais no dia 3 de agosto de 1959, Amílcar Cabral foge para Guiné-Conacri. No entanto, ele dá instruções para os processos da luta armada e também desenvolve as suas atuações diplomáticas com objetivo de conseguir apoios e firmar parcerias externa.

Sendo assim, a diplomacia da Guiné-Bissau no período anticolonial, obteve muito sucesso, e isso fez com que conseguisse apoio de vários países como a China, Marrocos, Cuba, entre outros. No ano de 1960, o PAIGC, representado por Amílcar Cabral, participa da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias

Portuguesas (CONCP), realizada em Marrocos. Posteriormente, este país veio apoiar a luta da libertação de Guiné-Bissau no processo da conquista da independência.

A tensão política da Guerra Fria influenciava de forma significativa o cenário internacional da época. Cuba, o único país no continente americano que não aderiu ao bloco ocidental, também era o único a conseguir manter relações diplomáticas com a Santa Sé, apesar de ser um país comunista.

Além disso, Cuba havia apoiado vários movimentos de libertação na África e em países do Movimento dos Não Alinhados, mantendo a sua conexão com o Bloco Socialista e desenvolvendo parcerias com a União Soviética. No caso das relações diplomáticas entre Guiné-Bissau e China, como observa Mbundé (2015, p.16), “para a China, assim como para Cuba, era importante apoiar lutas anticoloniais para atrair mais adeptos ao seu modelo político-ideológico”. Portanto, a China não hesitou em fornecer apoio, tanto político quanto militar, à Guiné-Bissau, tornando-se o primeiro país a receber e treinar militantes do PAIGC.

Duas coisas extremamente importantes nessa fase da diplomacia guineense foram apontadas: a visita em abril de 1972 da Missão Especial das Nações Unidas às regiões sob o controlo do PAIGC, denominadas de zonas libertadas. Essa visita resultou depois na legitimação do PAIGC, durante a Assembleia Geral da ONU. A visita de Amílcar Cabral a China, a Coreia do Norte e ao Japão em setembro de mesmo ano, culminou com a resolução do Conselho de Segurança consagrando e reconhecendo do PAIGC como o representante legítimo do povo guineense para o aperfeiçoamento das condições de vida material e cultural das populações nas zonas libertadas, no qual estava implantada uma vida administrativa controlada pelo movimento.

Em 1973-1980, período que precedeu a proclamação do Estado da Guiné-Bissau nas Colinas de Boé e abrangeu os primeiros anos da pós-independência, foi marcado por grandes êxitos do ponto de vista diplomático e por um crescente prestígio internacional do país. Os ativos decorrentes do prestígio internacional de Amílcar Cabral e do sucesso da luta de libertação nacional tiveram grande êxito para a diplomacia guineense.

O importante papel da diplomacia guineense reservado na luta da libertação nacional e a sua contribuição decisiva para o sucesso desta batalha, criou as condições para que a independência nacional, proclamada, em 24 de setembro de 1973, ainda com a presença colonial no territorial nacional, fosse de imediato reconhecida por cerca de meia centena de Estados africanos, asiáticos e da Europa do Leste. Um sucesso

diplomático eficaz levaria mais tarde a Assembleia Geral das Nações Unidas a aprovar uma resolução que reconheceu a independência da República da Guiné-Bissau. Em menos de um ano, o número de países que reconheceram o novo Estado quase duplicou. “A confirmar, em 27 de julho de 1974, 84 países tinham já reconhecido a República da Guiné-Bissau” (Carvalho, 2015, p.59).

Importa, também, ressaltar que, nesta fase, a postura que o PAIGC adotou foi a indefinição de duas ideologias no decorrer da Guerra Fria, não se alinhando nem com o socialismo, nem com o capitalismo.

A diplomacia do Estado novo da Guiné-Bissau assumiu um papel de destaque no apoio à ofensiva diplomática de Angola para a condenação da invasão estrangeira no seu território e para o reconhecimento internacional do Governo do MPLA como legítimo representante do país na Organização da Unidade Africana (OUA), objetivo que seria alcançado em fevereiro de 1975.

A diplomacia guineense pôs-se em campo, tendo desenvolvido ações diplomáticas junto dos Governos angolano e português, que resultaram na organização, com grande êxito, do primeiro encontro entre os Chefes de Estado de Angola e Portugal. Em 24 de Junho de 1978 teve lugar em Bissau o encontro entre Agostinho Neto, Presidente da República de Angola, e Ramalho Eanes, Presidente da República Portuguesa. Carvalho (2015, p.56) refere que “o ambiente criado pela diplomacia guineense a volta deste encontro e o espírito fraternal que norteou o diálogo que se transformou o encontro de estabelecimento de relações bilaterais entre dois Estados”.

O período foi marcado pelos processos de adesão da Guiné-Bissau às organizações internacionais. O país tornou-se membro da OUA em 1974 e, no mesmo ano, em setembro, foi admitido como membro da ONU, estabelecendo cooperação com todos os organismos do Sistema das Nações Unidas, incluindo as instituições de Bretton Woods. Em 1974, a Guiné-Bissau também ingressou na Organização da Conferência Islâmica (OCI), e em 1975, foi um dos fundadores da CEDEAO, com a assinatura do Tratado de Lagos. Em junho de 1975, aderiu à parceria entre o Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e a Comunidade Económica Europeia (CEE), regida pela Convenção de Lomé I.

Em 1976, a Guiné-Bissau ratificou esses acordos, tornando-se membro do FMI em maio de 1977. Em 1979, o país deu um passo significativo, tornando-se membro da Organização Internacional da Francofonia (OIF), como um país lusófono.

Durante este período, deu-se um passo significativo, “a diplomacia guineense, o país conseguiu realizar com muita eficiência os seus objetivos no plano internacional”. (Carvalho, 2015, p.49). A Guiné-Bissau jogou o papel de uma espécie de chefe de fila dos países de PALOP, no diz respeito à atuação do país nos palcos internacionais, facto revelador do prestígio e da influência que a diplomacia guineense gozava.

De acordo com Carvalho (2015, p.68), “foi o período marcado sobretudo, o início da paulatina perda do prestígio internacional por parte da Guiné-Bissau, bem como da perda de parte dos apoios e simpatias internacionais granjeados ainda durante a luta de libertação nacional”.

O golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, independentemente das suas motivações, representou a imagem negativa no plano externo do país. Todos acreditavam que a Guiné-Bissau tinha tudo para ser um Estado de sucesso entre muitos Estados da África subsaariana que estavam a dar já fortes sinais de falhanço na sua missão.

A alteração da ordem constitucional, através de um golpe militar, e as consequências do caso 17 de outubro de 1985, afetaram profundamente a imagem externa do país e colocou a Guiné-Bissau no lugar de mais um entre os Estados com focos de instabilidade interna e violações dos direitos humanos. O falhanço do modelo económico e a constante crise económica e financeira que afetou a economia do país no início dos anos 80, contribuíram significativamente para o declínio da confiança no plano internacional.

3.5. Esforços da Comunidade Internacional na busca de paz na Guiné-Bissau

O conflito armado que se iniciou em junho de 1998 na Guiné-Bissau foi consequência de uma complexa gama de fatores internos, regionais e internacionais. Entre as causas estruturais do conflito, deve ressaltar-se, primeiramente, o legado colonial português, que deixou marcas profundas nas estruturas diplomáticas económicas, sociais, políticas e na infraestrutura do país. Em segundo lugar, a guerra pela independência (1963-1974) deixaria um rasto de armas no país que seria

posteriormente utilizado por indivíduos nas forças armadas e no governo para suprir, de forma ilegal, a demanda de grupos armados com aspirações separatistas no Senegal.

Para compreender melhor, a pós-independência, o longo período de domínio político do PAIGC contribuiu de maneira significativa para solidificar um aparato estatal autocrático, corrupto e fortemente personificado na figura de João Bernardo “Nino” Vieira, no poder entre 1980 e 1998. Esta emaranhada teia de fatores, entrelaçada com os interesses políticos e diplomáticos das antigas potências coloniais na região (Portugal, França e Países Baixos), proporcionaria o contexto geral do conflito armado de 1998-1999 e marcaria a atuação da ONU na Guiné-Bissau pós-conflito.

Os esforços da Comunidade Internacional na busca de paz e respostas multilaterais ao conflito armado foram iniciados pela CEDEAO e pela CPLP, que conseguiram mediar um acordo de paz entre Nino Vieira e Mane, assinado em Abuja (Nigéria), em agosto de 1998. Pelo acordo, Nino Vieira e Mane reafirmavam o cessar-fogo obtido dias antes e concordavam com a retirada completa de todas as forças militares estrangeiras do país, além da realização de eleições gerais e presidenciais até março de 1999.

O acordo previa a implantação de uma força de interposição da própria CEDEAO, proveniente do seu Grupo de Monitorização (ECOMOG). É importante destacar que essa força não era liderada pela ONU, mas sim por uma organização sub-regional. A aprovação da atuação da ECOMOG só ocorreria posteriormente pelo Conselho de Segurança da ONU. Conforme argumenta Adebejo (2022, p.47), “os resultados dos esforços da ECOMOG se mostraram limitados, com a avaliação de uma retirada prematura devido à considerável deterioração da situação de segurança pela CEDEAO”, além de enfrentar desafios logísticos e financeiros.

As Nações Unidas assumiram maior peso no processo de paz na Guiné-Bissau, com a assinatura do acordo de Abuja. Por meio de funcionários do Departamento de Assuntos Políticos (DPPA), a Organização participou de iniciativas políticas em Bissau com o objetivo de assegurar a manutenção do cessar-fogo e de garantir a consolidação da paz que estava a emergir no país. Uma das iniciativas então realizadas pela ONU foi o estabelecimento do Escritório de Apoio à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS, *United Nations Peacebuilding Support Office in Guiné-Bissau*), em março de 1999. Este modelo de presença política replicava o formato do Escritório das Nações Unidas para a Guiné-Bissau, estabelecido como parte da estratégia de saída do

ECOMOG e de uma missão de observação da ONU naquele país. A função primária do UNOGBIS, de acordo com o seu mandato original, era auxiliar na criação de um "ambiente favorável à restauração e à consolidação da paz, da democracia e do Estado de direito, bem como na organização de eleições livres e transparentes" (Cavalcante, 2013, p. 23). Além disso, facilitava a implementação do acordo de Abuja, em Nova Iorque. A presença de países aliados no Conselho de Segurança, como França, Gâmbia e Portugal, garantiria a manutenção do interesse do órgão e da ONU na Guiné-Bissau.

Não obstante o ambiente instável e a fragilidade do próprio acordo mediado pela CEDEAO, que se tornou evidente após a queda do regime de Nino Vieira em maio, o papel da ONU na busca de paz no país e na prestação de apoio à realização das eleições parlamentares e presidenciais foi de grande importância. Por meio do PNUD, a Organização prestou apoio técnico às autoridades nacionais durante “várias etapas” do processo eleitoral, incluindo, por exemplo, a elaboração do plano operacional para o treino dos funcionários eleitorais. Documentos das Nações Unidas apontam que o PNUD apoiou o registo de mais de meio milhão de eleitores, além de ter iniciado “uma campanha de educação cívica maciça para informar e educar o eleitorado sobre o processo eleitoral” (Cavalcante, 2013, p.25).

O UNOGBIS, por sua vez, organizou debates eleitorais entre os candidatos e coordenou os esforços de observação do processo eleitoral. Os relatórios subsequentes do Secretário-Geral sobre desenvolvimentos na Guiné-Bissau e sobre as atividades do UNOGBIS, por sua vez, apontam para um papel ativo das Nações Unidas na busca da paz em diversas áreas. Por exemplo, o Escritório passou a prestar os seus bons ofícios nas negociações que buscaram redefinir o futuro papel dos militares no período democrático, além de realizar ações pontuais no que diz respeito ao treino de funcionários dos poderes legislativo e judiciário no país.

Além da presença e dos esforços da Comunidade Internacional para a consolidação da paz, principalmente por meios do UNOGBIS, foram também realizados esforços diplomáticos mais concertados para a consolidação da paz na Guiné-Bissau, em Nova Iorque do ano 2002. Tais esforços foram intensificados com a criação do chamado Grupo Consultivo Ad Hoc para a Guiné-Bissau, estabelecido sob a égide do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), *Economic and Social Council*. Este grupo, com estrutura e funcionamento semelhantes ao de outro estabelecido anteriormente para o Haiti, foi criado no âmbito de iniciativas institucionais mais amplas

que procuravam fortalecer os laços entre as questões de paz e segurança e as de desenvolvimento nos esforços para a consolidação da paz desta Organização (Economic, 2005).

Este Grupo para a Guiné-Bissau era composto por cinco representantes permanentes de Estados-membros das Nações Unidas (África do Sul, Brasil, Países Baixos e Portugal, além da própria Guiné-Bissau) e tinha como propósito examinar necessidades humanitárias e económicas da Guiné-Bissau, rever programas de apoio relevantes e preparar recomendações para um programa de apoio de “longo prazo”, além de fornecer recomendações no que tange o processo da paz e assegurar a assistência da comunidade internacional.

Os esforços diplomáticos realizados no âmbito do ECOSOC procuravam fortalecer a aproximação da esfera do desenvolvimento com as dimensões da paz, da segurança e da estabilidade. Na prática, a atuação do Grupo deveria servir como plataforma para a coordenação de esforços das agências e programas do sistema ONU que atuavam no país. Neste sentido, uma série de recomendações, de curto e de longo, prazo, foram elaboradas com o objetivo de articular as entidades do sistema ONU nas suas atividades de consolidação da paz na Guiné-Bissau.

O processo que conduziu a uma avaliação externa encomendada pelo ECOSOC, a função mais importante desempenhada pelos grupos ad hoc do Conselho, teria sido advogar em favor de países que normalmente não têm facilidade de acesso à linha de frente da ajuda financeira internacional. O Grupo para a Guiné-Bissau tem procurado servir como elo entre as autoridades nacionais e os parceiros internacionais. Neste sentido, enquanto o governo, “promoveria ativamente objetivos políticos como a implementação do Estado de direito e a estabilidade política, os doadores internacionais forneceriam o financiamento para ajuda de emergência e assistência técnica em diversas áreas” (Prantl, 2006, p. 14).

Os esforços mais concretos de consolidação da paz no âmbito da Configuração foram plasmados no Quadro Estratégico de Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, um processo adotado para a consolidação da paz no país. Este documento resultou de consultas entre a Comunidade Internacional e a Guiné-Bissau, com funcionários da ONU e autoridades guineenses, ao longo de vários meses. Estes esforços incluíram uma visita conjunta da Coordenadora da CSC-Guiné-Bissau e funcionários da ONU ao país em janeiro, conforme registado por Cavalcante (2013, p.34), bem como visitas de delegações

da Configuração em abril e junho do mesmo ano. Adicionalmente, em Nova Iorque, foram realizadas sessões temáticas informais com o intuito de discutir alguns temas potencialmente prioritários à consolidação da paz no país, nomeadamente o combate ao tráfico de drogas. O Secretariado também elaborou um levantamento dos recursos e das principais lacunas existentes na área de consolidação da paz na Guiné-Bissau.

Para além dos esforços de coordenação diplomática realizados no âmbito da Comissão, o Fundo de Consolidação da Paz (FCP) tem sido utilizado para apoiar a implementação de pequenos projetos com potencial efeito catalítico na consolidação da paz do país. O apoio financeiro do Fundo foi inicialmente planeado em duas etapas. A primeira fase teve fins políticos, destinando-se essencialmente a demonstrar apoio ao processo de consolidação da paz no país. Esperava-se ainda que a implementação de projetos nessa fase pudesse servir para identificar oportunidades para maior apoio do FCP num futuro próximo. Neste sentido, o Fundo alocou 6 milhões de dólares à Guiné-Bissau em abril de 2008. De acordo com os critérios de seleção à época, este valor refletia a avaliação de que o país não tinha capacidade para absorver um montante mais elevado.

Apesar do envolvimento das Nações Unidas e da chamada “Comunidade Internacional” após os conflitos armados de 1998-1999, a Guiné-Bissau não parece ainda ter atingido a paz sustentável almejada por aqueles atores. De facto, os índices de desenvolvimento socioeconómicos no país continuam bastante baixos, alguns deles em níveis similares àqueles de 1997, antes da erupção da guerra civil no país. Da mesma forma, eventos políticos como tentativas frustradas de golpes de Estado no início dos anos 2000, o assassinato do antigo Presidente Nino Vieira em 2009, bem como as recentes incursões de militares na vida política do país em abril de 2012, apontam para a persistência de desafios importantes nas dimensões políticas e institucionais da Guiné-Bissau. Neste caso a situação no país demonstra a fragilidade e as limitações do paradigma da paz liberal que subjaz à abordagem da Comunidade Internacional.

Em dezembro de 2012, o Conselho de Segurança enviou à Comissão um pedido de aconselhamento em relação à situação do país em diferentes áreas: capacidade do governo nas áreas das finanças, reforma do setor de segurança e medidas anticorrupção; ações anteriores destinadas ao desenvolvimento e ao fortalecimento do sistema de segurança, judiciário e Estado de direito; e desenvolvimento das práticas democráticas. De salientar que “após a aceitação do pedido pela CCP, a chamada Configuração

Específica da Comissão para a Guiné-Bissau converter-se-ia no principal foco intergovernamental para a discussão de questões relacionadas aos esforços de consolidação da paz para o país” (Cavalcante, 2013, p.43).

No entanto, desde os conflitos que assolaram o país em 1998-1999, a abordagem das Nações Unidas à consolidação da paz na Guiné-Bissau centrou-se especialmente na realização de iniciativas políticas e diplomáticas envolvendo atores relevantes em Nova Iorque e em Bissau, particularmente por meio de foros diplomáticos e de escritórios de presença política.

Os resultados desses esforços, contudo, foram limitados. As eleições realizadas a seguir ao conflito armado foram marcadas por sérios problemas endémicos, incluindo, entre outros, a inexperiência dos partidos de oposição e a deterioração das capacidades e da probidade moral dos funcionários públicos. Ostheimer (2001, p.47) refere que “os militares continuaram a atuar como uma espécie de poder paralelo no país, tendo a influência do poder político”.

Reflexos do enquadramento diplomático-político da paz, são encontrados em diferentes aspetos e em diferentes níveis dos esforços das ONU na Guiné-Bissau. De facto, a análise das linhas gerais da abordagem da ONU à consolidação da paz no país após os conflitos armados de 1998 revela uma forte ênfase na promoção de valores, normas e práticas que refletem a projeção de Estados liberais, especialmente no que respeita ao seu modelo de governança política, democracia e socioeconómica.

Os esforços na busca da paz na Guiné-Bissau, podem ser identificados em diferentes instâncias. Os próprios mandatos dos órgãos e entidades destinadas a lidar com a consolidação da paz no país, por exemplo, não deixam de articular claramente a importância atribuída a atividades relacionadas à promoção da democracia com a obtenção da paz, refletindo assim uma das ideias centrais na resolução dos conflitos.

3.6. Parceiros Externos para ajuda ao desenvolvimento da Guiné-Bissau

Apesar de ser uma antiga potência colonial, Portugal é o parceiro mais importante em termos bilaterais, no que toca à relação entre Guiné-Bissau e Portugal. A presença portuguesa no país continua a ser bem acolhida pela sociedade guineense. “Após a independência os dois países continuam mantendo a cooperação, a Guiné-Bissau passou a privilegiar a sua relação diplomática com ex-metrópole” (Lee, 2013, p.16). O

objetivo dessa relação está pautado na busca dos recursos externos para garantir a sobrevivência, estabilidade política governativa no país.

Além disso, insere-se nos moldes da tradicional cooperação Norte-Sul baseada em condicionalidade política, restrições de mercado e extração dos recursos naturais do Sul para o norte. Assim, após a independência, grande parte das elites dirigentes guineenses tiveram a formação académica em Portugal, pois até à presente data Portugal continua a apoiar a Guiné-Bissau em diferentes áreas do desenvolvimento, tais como educação, saúde, defesa e segurança.

No entanto, o foco dado a esses setores está relacionado com a perspetiva dominante da construção de paz na Guiné-Bissau partilhada por Portugal e os seus aliados ocidentais. Ainda no que diz respeito à preocupação com o problema de segurança, Portugal tem centralizado o seu apoio para o setor de segurança e de defesa. Assim sendo, a fragilidade do sistema de segurança no país pode favorecer a prática de crimes transnacionais, por exemplo, a emigração ilegal de Bissau para Portugal. Por outras palavras, a reforma desses setores figura atualmente como a prioridade da Política Externa de Portugal para a Guiné-Bissau.

Em 2015, durante a mesa-redonda organizada em Bruxelas, Portugal apoiou o então executivo a mobilizar os parceiros internacionais e sensibilizá-los da importância de ajudar o país. Além disso, prometeu uma ajuda a Guiné-Bissau no valor de 40 milhões de euros. Contudo, por motivo da crise política em 2014 que culminou na queda do governo, Portugal decidiu unilateralmente suspender o apoio prometido.

Segundo Roque (2009, p. 14) afirma:

“os tradicionais parceiros de cooperação e desenvolvimento nomeadamente CPLP que tiveram o papel preponderante na discussão sobre a reestruturação das estruturas militares no país e ajudaram na organização de vários debates internacionais para problematizar a estratégia da reforma na Guiné-Bissau”.

A secção seguinte procura investigar, principalmente, parceiros externos para ajuda ao desenvolvimento, como UE, UA, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

3.6.1. A relação entre a Guiné-Bissau e a União Europeia

A UE é um dos principais parceiros bilaterais de cooperação e desenvolvimento do país, uma relação pautada na busca pela estabilidade política governativa na Guiné-Bissau. Além disso, insere-se “nos moldes da tradicional cooperação Norte-Sul baseada na condicionalidade política, nas restrições de mercado e na extração dos recursos naturais do Sul para o Norte” (Hurt, 2004, p.23).

Os legados da dominação colonial ainda são evidentes nos parceiros entre os países europeus e o continente africano. Entretanto, a Europa deve assumir as suas responsabilidades pelas consequências do seu passado colonial e cooperar reciprocamente com os países africanos em busca do desenvolvimento económico sustentável.

A UE abriu a sua representação diplomática na Guiné-Bissau após o conflito civil de 1998. Com isso, a UE começou a financiar projetos voltados para a busca da paz e do desenvolvimento no país, principalmente, no contexto de segurança e defesa. Isso ocorre por causa da fragilidade do Estado, bem como da precariedade das infraestruturas públicas. Tendo em conta o problema estrutural do Estado da Guiné-Bissau, por exemplo, a insegurança doméstica, a UE continua preocupada com a situação política do país.

Dessa forma, para o bloco europeu, a Guiné-Bissau não tem a capacidade institucional de controlar afetivamente a sua área de jurisdição. Nesse caso, torna-se propensa aos crimes transnacionais que contribuem para fragilizar as instituições estatais e intensificar a disputa interna pelo poder do Estado. Além disso, há uma ameaça à segurança dos países vizinhos e o sistema internacional como um todo. Assim, como um pequeno Estado em construção e dependente da ajuda externa para garantir a sobrevivência, a Guiné-Bissau tem recorrido o apoio da UE para reforçar a sua capacidade institucional de Defesa e Segurança.

Nesse sentido, em 2015 a UE financiou 620 mil euros para um projeto de 18 meses de duração na Guiné-Bissau. O objetivo dessa estratégia enquadra-se na política de combate ao crime transnacional. O grupo foi formado pela Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) e das várias autoridades policiais do país, envolvendo a Polícia Judiciária, a Polícia de Ordem Pública, a Guarda Fiscal e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Djata, 2016).

No caso específico do comércio, em especial, dos recursos pesqueiros, é a terceira maior fonte da receita para as contas públicas. Consequentemente, em 2012, a UE suspendeu o acordo de pesca com a Guiné-Bissau devido ao golpe militar. Além disso, o bloco europeu cortou relações diplomáticas com a Guiné-Bissau. Durante esse tempo, a Guiné-Bissau deixou de receber os auxílios financeiros que vinha recebendo da UE. Em consequência disso, o Estado perdeu a capacidade de pagar as suas despesas públicas e garantir os serviços básicos à população. Os gastos internos pagos com ajuda da UE encolheram 80,4%. Após um longo período de distanciamento, ambos retomarem as relações em 2014 depois da normalização política que culminou na realização das eleições gerais na Guiné-Bissau.

Portanto, é através dessa preocupação com a insegurança que a seção seguinte procurará investigar a relação entre a Guiné-Bissau e a UA.

3.6.2. A atuação da Guiné-Bissau junto à União Africana

O progresso de paz e da segurança no continente africano demanda a parceria entre os Estados. Nesse sentido, o mecanismo de segurança coletiva continua a ser uma mais uma valia para alcançá-lo. “Durante a Guerra Fria, os estados africanos procuraram proteger o continente e os territórios nacionais através da ideia da unificação e atuação coletiva” (Jordaan, 2017, p. 06).

Foi a partir dessa preocupação com a segurança continental que a relação entre a Guiné-Bissau e a OUA foi constituída durante muitos anos. O país integrou a OUA em 1974 como qualquer estado-membro. Dessa forma, a Guiné-Bissau participa das principais atividades da instituição e continua a defender os princípios da Carta da OUA, com ênfase sobre o respeito à soberania nacional, bem como a não ingerência nos assuntos internos de outras nações.

Seguindo nessa perspectiva, após a independência política em 1974, a Guiné-Bissau tem-se deparado com vários conflitos internos, golpes e várias tentativas que marcaram o cenário político do país. “Em consequência disso gera um ambiente de insegurança doméstica que persiste suscitando a preocupação da União Africana” (Döring & Herpolsheimer, 2016, p.65).

Contudo, a atuação da OUA foi limitada à organização que não dispunha dos meios financeiros e logísticos próprios para enviar uma força de manutenção da paz à Guiné-Bissau.

No decurso de ano de 2000, a OUA passou por grandes transformações, nomeadas pela sigla da Organização, a instituição passou a ser denominada de UA. O objetivo dessa mudança está enquadrado na maior busca pela estabilidade política governativa nos países africanos, em especial, no contexto de Defesa e Segurança. Além disso, o foco da organização concentra-se nas questões de desenvolvimento socioeconómico no continente como um todo.

Diante disso, a Guiné-Bissau conta com uma representação diplomática permanente no seu território nacional. Em termos de objetivo político, o país continua a defender os princípios da Carta da UA e a trabalhar em parceria com a Organização em busca da paz e do desenvolvimento, com a finalidade de encontrar soluções pacíficas para os conflitos no continente africano. No decurso dos últimos acontecimentos políticos e militares na Guiné-Bissau, a UA tem demonstrado a sua imensa apreensão com a permanência da crise política e institucional no país.

Além disso, a UA tem solicitado à Comunidade Internacional e às Nações Unidas que continuem a apoiar o país em busca da estabilidade governativa duradoura. Com isso, constata-se que a relação entre a Guiné-Bissau e a UA é de longa data, desde os primeiros anos após a independência política. A UA tem desempenhado um papel fundamental na mediação para encontrar uma solução pacífica para a crise política institucional no país.

3.6.3. Parceiros Externos entre a Guiné-Bissau e às Nações Unidas

O Conselho de Segurança das Nações Unidas e executivo guineense têm concordado com a extensão dos parceiros para Construção da Paz das Nações Unidas e para o desenvolvimento na Guiné-Bissau, devido à constante instabilidade política nesse estado.

Nesse sentido, continuam a apoiar e coordenar os trabalhos de ajuda pública ao desenvolvimento dos parceiros internacionais do país em vários setores, principalmente, “na consolidação da paz e na construção das instituições democráticas para garantir o melhoramento da qualidade de vida da população” (UN Secretary-General, 2018, p. 14).

Em 2002, as iniciativas de criação da comissão mista consultiva intensificaram-se na Guiné-Bissau, sendo estabelecida sob o amparo do ECOSOC. O grupo da Guiné-Bissau era composto por cinco Estados-Membros das Nações Unidas, a saber: África do Sul, Brasil, Países Baixos, Portugal e a própria Guiné-Bissau. Estes Estados-Membros procuravam analisar questões humanitárias, as carências económicas, rever projetos relevantes de apoio e preparar recomendações para um programa de ajuda a longo prazo. Além disso, ofereciam orientações sobre como garantir que a assistência da Comunidade Internacional fosse adequada, coerente, bem coordenada e eficaz (Cavalcante, 2013).

Assim sendo, a Guiné-Bissau sofreu um novo golpe militar em 2012 e o então Primeiro-Ministro foi destituído do poder. Em consequência disso, as Nações Unidas condenaram o ato e decidiram aplicar sanções aos responsáveis pelo golpe. Os vários projetos de consolidação da paz, bem como o desenvolvimento em curso foram suspensos pelos parceiros internacionais.

O governo da Guiné-Bissau estava desprovido de ajuda externa para assumir os seus compromissos. De acordo com Taylor (2012, p.23) “tem contribuído para a crescente evidência da corrupção e do militarismo no país”. As lideranças políticas limitaram a disputa por agendas próprias, bem como a captura dos poucos recursos do Estado em detrimento da população. Em 2012, as Nações Unidas voltaram a conceder nova ajuda financeira líquida de construção da paz na Guiné-Bissau, sendo o valor doado compreendido em aproximadamente 23,8 milhões de dólares para ajuda ao desenvolvimento e garantir a sua sobrevivência.

No entanto, o governo guineense não conseguia pagar os salários da função pública muito menos reforçar a capacidade do Estado em atender as demandas da população, depois do golpe de 2012, principais nos setores tradicionais como a saúde, a educação e a segurança pública. Desse modo, após a eleição de 2014 para restabelecer a normalidade governativa, o novo executivo reafirmou a vontade de trabalhar com os parceiros internacionais, incluindo as agências das Nações Unidas para restaurar a paz.

É fundamental realçar que os problemas estruturais persistem no país e a sociedade guineense continua a deparar-se com a instabilidade política crónica, apesar do apoio das Nações Unidas ter sido importante para o processo de estabilização política nesse estado.

Os dirigentes guineenses têm tido enorme dificuldade para construir o estado e consolidar as suas estruturas administrativas em benefício da nação. Além disso, as

Nações Unidas têm condicionado os dirigentes guineenses a concentrarem os esforços na reforma do setor de segurança, bem como da defesa para combater o tráfico de drogas e o crime organizado. Nesse sentido, todos os recursos financeiros que foram concedidos à Guiné-Bissau ultimamente foram canalizados para os projetos voltados para a luta contra o crime organizado e transnacional.

3.6.4. Os parceiros da Guiné-Bissau junto ao Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional

Para compreender a relação entre a Guiné-Bissau e o FMI e o BM, noutras palavras, em termos de objetivos, o relacionamento entre a Guiné-Bissau e as Instituições Financeiras Internacionais baseia-se no apoio financeiro e na concessão de empréstimos em troca de condicionalidades políticas.

Segundo Carvalho (2015, p. 118), a

“condicionante levou o país a adotar as medidas de liberalização da economia, colocando-a sob a “tutela” do FMI. Em 1987 foram assinados os acordos entre a Guiné-Bissau e o FMI e BM que se traduziram no Programa de Ajustamento Estrutural”.

Nesse sentido, para essas Instituições Financeiras Internacionais seria a única maneira de reestruturar o Estado da Guiné-Bissau e dinamizar a sua política macroeconómica. Nesse sentido, a Guiné-Bissau renunciou a ideia de implantar o modelo socialista de governo e adotou o sistema capitalista, em especial, a democracia liberal. No decurso de 1989 para aprofundar o projeto de Ajustamento Estrutural foi aprovado um novo crédito para a Guiné-Bissau no valor de 23,4 milhões de dólares. Além disso, “a Guiné-Bissau foi obrigado a cortar 15% dos seus quadros de funcionários públicos” (Banco Mundial, 2014, p. 17).

Nessa sequência, as elites dirigentes guineenses deram seguimento ao projeto de reestruturação do Estado para adequá-lo ao modelo liberal de governo e fizeram mudanças pontuais na Carta Magna do país. Entretanto, os esforços empregados entre o governo da Guiné-Bissau e as Instituições Financeiras Internacionais (BM-FMI) não trouxeram grandes mudanças no contexto da governabilidade, pois os problemas estruturais do Estado persistiram devido à instabilidade interna no país.

De acordo com Carvalho (2013, p.76), “essa imposição política contribuiu para a desvalorização da moeda nacional”, pois diminuiu radicalmente as políticas

macroeconómicas do país e, consequentemente, impactou as suas estruturas administrativas, limitando a sua capacidade de sobrevivência e de fazer a Política Externa. Além do mais, o elevado endividamento pendente que representava quase três vezes o PIB continuava a ameaçar a efetividade do projeto de Ajustamento Estrutural (Banco Mundial, 2014).

No entanto, as Instituições Financeiras Internacionais reforçaram a sua parceria com o país, pois passaram a centralizar as suas estratégias de ajuda nos seguintes setores: “governança, modernização da administração pública, estabilidade macroeconómica, crescimento económico, infraestruturas, nos projetos vinculados à redução de pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população” (Carvalho, 2013, p. 78).

Na qualidade de um pequeno estado africano e em construção, com o elevado nível de dependência externa limitada a sua capacidade da atuação, “a Guiné-Bissau segue trabalhando em busca de parcerias estratégicas com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional para garantir a sua sobrevivência e tentar reduzir suas vulnerabilidades internas” (Taylor, 2012, p.14).

Além disso, desembolsou 20 milhões de dólares para a reestruturação do setor da eletricidade e da edificação da reserva de água no principal hospital do país. O programa abarca ainda a reabilitação da cadeia de fornecimento de água numa amplitude de 36 km, assim como a renovação das estradas numa ampliação de 20 km. Conforme Correia (2008, p. 32), “com a rutura, o FMI e BM suspenderam 57% do apoio orçamental à Guiné-Bissau devido ao golpe militar de abril de 2012”.

O capital financiado nos projetos de redução de pobreza foi congelado. Nesse caso, os parceiros internacionais da Guiné-Bissau que são o BM e o FMI exigiram a constituição de um governo legitimamente eleito pelo povo como uma condição necessária para voltar a negociar os acordos económicos com o país. No decurso desse período, o país atravessou um momento crítico de isolamento internacional e deparava-se, também, com a falta de recursos financeiros para atender a sua demanda interna.

Ainda nesse tempo, o Estado guineense recorreu ao empréstimo de 22,8 milhões de euros do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) “para pagar salários atrasados aos funcionários públicos” (Lindner, 2014, p.27). Assim, após a realização das eleições gerais em 2014, a parceria entre a Guiné-Bissau, o BM e o FMI normalizaram (Banco Mundial, 2014). Diante disso, o executivo guineense solicitou o

apoio do BM no sentido de apoiar o projeto de estratégia nacional de desenvolvimento (Terra Ranka).

A resposta do BM foi imediata, tendo sido decidido financiar o programa através dos fundos internacionais para o desenvolvimento no valor de 42 milhões de dólares. Portanto, o programa visa ajudar a Guiné-Bissau a reestruturar o seu sistema judiciário para combater o crime organizado. Ademais, a ajuda permite que o país tenha um maior controlo e fiscalização dos recursos públicos do Estado.

Conclusão

Ao longo do estudo realizado, conclui-se que a importância da diplomacia no processo do desenvolvimento é um instrumento fundamental para os Estados que pretendem tornar-se seguros e prósperos internacionalmente. Notou-se que este instrumento pacífico da diplomacia, não serve somente para resolução de conflito, mas também serve para ajudar os Estados na busca das possibilidades favoráveis ao seu desenvolvimento.

Após a independência, a Guiné-Bissau não conseguiu conduzir uma diplomacia consistente capaz de promover um desenvolvimento sustentável. Longe de ser um paradigma ou um caso de sucesso, é importante contextualizá-la na região em que está inserida. A ação diplomática externa da Guiné-Bissau tem como objetivo principal captar recursos e meios para impulsionar o desenvolvimento, dado que é considerado um Estado frágil, visto que utiliza diversos meios que variam ao longo do tempo e de acordo com os condicionantes internos e externos.

Durante os períodos de sucessivos conflitos armados, as autoridades guineenses recorreram a essa ferramenta na busca de uma solução para a guerra que assolava a Guiné-Bissau há muitos anos. Atualmente, em tempos de paz, o governo continua a utilizar a diplomacia como meio de estabelecer novas parcerias dispostas a ajudar o país a combater o subdesenvolvimento.

Pode-se confirmar que a diplomacia atual tem contribuído para combater o subdesenvolvimento na Guiné-Bissau. No entanto, ao observarmos a forma como os parceiros multilaterais, como as Nações Unidas com as suas agências especializadas e a UE, têm auxiliado o governo guineense a combater o subdesenvolvimento, principalmente no que diz respeito ao cumprimento das metas do Objetivo do Milénio, notamos que ainda há desafios a serem superados.

Assim, é evidente que a diplomacia guineense ainda não alcançou avanços significativos no que se refere ao ensino primário universal, à redução do índice de pobreza e da fome, bem como à realização de investimentos substanciais em infraestruturas de saúde e educação. Além disso, a provisão de serviços e o desenvolvimento de capacidades também carecem de melhorias significativas. Apesar, de não dar passos significativos nestes setores, o governo guineense continuou a usar a diplomacia para promover-se na própria organização internacional. Esta promoção

baseou-se primeiramente no cumprimento da agenda internacional e posteriormente no desenvolvimento da cooperação para o desenvolvimento, onde a Guiné-Bissau passou a preocupar-se com instabilidades políticas, quer em matérias de resolução de conflito em África, como no mundo.

Portanto, não podemos deixar de frisar o posicionamento geoestratégico e as vulnerabilidades que lhes estão associados. É bastante vulnerável e instável, pelo facto de pertencer aos PMA, a vários tipos de criminalidade organizada transnacional, como o tráfico de drogas, tráfico de seres humanos e outros tipos de criminalidades organizadas transnacionais, o que obriga a uma diplomacia eficaz de segurança e defesa.

A importância da diplomacia no processo de desenvolvimento, no caso da Guiné-Bissau, requer a adoção de um novo paradigma de desenvolvimento. Esse novo paradigma visa substituir a instabilidade política e fortalecer a capacidade produtiva interna, a fim de reduzir a dependência externa, equilibrar a balança comercial e reduzir a dívida externa, aproveitando ao máximo os escassos recursos do país.

A Guiné-Bissau deve assumir a sua responsabilidade no seio da CEDEAO e no cenário global, buscando transformar desafios em oportunidades. No âmbito estritamente económico, além de trabalhar com as agências internacionais, a diplomacia do Estado guineense deve enfatizar a importância de investir de maneira clara nas organizações internacionais em geral. Isso implica a criação de espaços políticos e económicos estáveis, com foco em projetos conjuntos que promovam o bem-estar, a prosperidade e a competitividade em nível mundial.

Portanto, devem existir critérios claros para seleccionar os participantes nos eventos internacionais e deixar de lado os interesses particulares, privilegiando o interesse da nação. Esses mesmos critérios devem ser claros e transparentes para as nomeações dos cargos em diferentes áreas, etc. Só assim a Guiné-Bissau será representada por quadros capazes, competentes e conhecedores da matéria para que, no momento de debate opinem e critiquem em pontos que permitam tirar algumas vantagens para o país.

Finda a presente dissertação, espera-se que venha a dar o seu contributo fundamental no processo de decisão da diplomacia externa guineense, alertando os responsáveis da diplomacia externa para os pontos fracos que a têm caracterizado e para a evolução da referida diplomacia externa a partir de uma visão crítica e construtivista.

Pretende-se alargar o debate em torno da diplomacia guineense e os aspetos que a envolvem, por forma a estimular e incentivar mais investigações sobre a temática, quiçá os seus impactos no desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

Acemoglu, D., Johnson, S. & Robinson, J. (2001). The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. *The American Economic Review*, 91(5), 1369-1401.

Adebajo, A. (2002). *Construindo a Paz na África Ocidental: Libéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau*. Lynne Rienner Editores.

Adesina, O. (2017). Foreign policy in an era of digital diplomacy. *Cogent Social Sciences*, 19(5), 169-189.

Alker, H. (1980). *Logic, dialectics, politics: some recent controversies*. <https://core.ac.uk/download/pdf/18623911.pdf> Acedido a 23 de setembro de 2023.

ANEME. Estudo: Guiné-Bissau. Abril 2018. Disponível em: https://www.aneme.pt/site/wpcontent/uploads/2018/07/ESTUDO_guineBissau.pdf?lang=en. Acesso a 19 de março de 2023

Attali, J. (2007). *Breve história do futuro. A incrível história dos próximos 50 anos*. Lisboa: D. Quixote.

Banco Mundial (2014). *Estado e tendências da precificação de carbono 2014*. Publicações do Banco Mundial.

Barros, M. (2014). *A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectivas*. UE-PAANE. Bissau: Edições Corubal.

Barros, M. (2011). *O ultimato de 1890 e o nacionalismo português de fim de século*. Dissertação de Mestrado apresentada ao ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, orientada por Manuel Mendes Dias.

Bichara, J., Cunha, A. & Lélis, M. (2008). Integración monetaria y financiera en América del Sur y en Asia. *Latin American Research Review*, 84-112.

Borges, A. (2020). *Agentes diplomáticos - funções, prerrogativas e a jurisdição em casos ilícitos*. Monografia Jurídica apresentada à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS), orientada por Marcelo Di Rezende Bernardes, Goiás.

Branco, M. (2009). *Desenvolvimento, subdesenvolvimento e democracia em África*. Actas do 1º Encontro Luso-Angolano de Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural (pp. 75-101). Évora: Universidade de Évora.

Bresser-Pereira, L. C. (2006). *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Acedido em 21 de setembro de 2023, em <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7>

ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf

Bueno, E., Freire, M. & Oliveira, V. (2017). As origens históricas da diplomacia e a evolução do conceito de proteção diplomática dos nacionais. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, 17, 623-649.

Caetano, F. (2012). *A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impacto dos projetos*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação do Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia, Porto.

Candé, A. (2013). *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado-nação-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Federal de Bahia, orientada por Maria Victória Espiñeira, Bahia.

Cardoso, C. (1996). *Estado e Nação: para uma releitura da construção nacional na Guiné-Bissau*. Colóquio Internacional Cidade da Praia (pp. 87-102). Praia: Fundação Almicar Cabral.

Carvalho, A. (2007). *A Cooperação Internacional e a Política Externa Guineense*.

<https://www.didinho.org/Arquivo/ACOOOPERACAOINTERNACIONALEAPOLITICAEXTERNAGUINEENSE>. pdf. Acedido em 21 de setembro de 2023.

Carvalho, A. (2015.) *Política Externa da Guiné-Bissau Face aos Novos Paradigmas nas Relações Internacionais: diplomacia e cooperação internacional*. Guiné-Bissau: INACEP.

Carvalho, R. (2016). *Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP & CEDEAO”(1973-2014)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política, orientada por Paulo G. Fagundes Visentini. Porto Alegre.

Carvalho, R. (2013). *Política Externa da Guiné-Bissau; crises multidimensionais; rupturas constitucionais; e a questão das múltiplas pertenças identitárias na formação do Estado/Nação- O papel da ONU, CPLP, UA, CEDEAO*

para Guiné-Bissau. 4.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais; Belo Horizonte, Brasil, julho 22-26, 2013.

Castro, Z. (2004). *Diplomas e diplomacia. retratos, cerimónias e práticas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cavalcante, F. (2013). Os reflexos da paz liberal na abordagem das Nações Unidas à consolidação da paz na Guiné-Bissau. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102, 21-42.

Chidumbo, B. (2015). *A importância da diplomacia multilateral para o desenvolvimento de Angola*. Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre, orientada por José Manuel Caetano. Évora.

Cooper, F. (1994). Conflict and Connection: Rethinking Colonial African History. *The American Historical Review*, 99(5), 1516-1545.

Correia, A. (2008). *Política-segurança-desenvolvimento: na Guiné-Bissau*.

Daxecker, U. E. (2012). The cost of exposing cheating : International election monitoring, fraud, and post-election violence in Africa. *Journal of Peace Research*, 49(4), 503-516.

Decreto-Lei n.º 48295 (1968) *Convenção sobre Relações Diplomáticas, celebrada em Viena em 18 de abril de 1961*. https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/Protocolo-estado/viena_diplom%C3%A1ticas.pdf Acedido a 23 de setembro de 2023.

DENARP, II (2011). *Segundo documento de estratégia nacional de redução da pobreza*. Ministério da Economia do Plano e Integração Regional. República da Guiné-Bissau.

Djata, A. (2016). *Da Intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna Guineense*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna para obtenção do grau de mestre, orientada por José J. A. Fernandes, Lisboa.

Döring, K. P., & Herpolsheimer, J. (2016). *"Novos Regionalismos" e Conflitos Violentos em África: A Política na UA e na CEDEAO no Mali e na Guiné-Bissau*. Universitätsverlag Leipzig. https://research.uni-leipzig.de/~sfb1199/app/uploads/2017/11/wp5_b07_do_ring-herpolsheimer_final.pdf Acedido em 22 de setembro de 2023.

Duarte, S. (2015). *A Problemática da Integração Regional na África Ocidental e o Caso de Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, orientada por Regina Salvador, Lisboa.

Fernandes, J. (2007). *A integração econômica como estratégia para o desenvolvimento econômico na África Ocidental*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de mestre em Direito, orientada por Odete Maria de Oliveira, Santa Catarina.

Ferreira, J. & da Veiga, V. (1957). *Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (2.^a ed.). Lisboa: Ed. dos Autores.

Ferreira, P. M. (2004). Guiné-Bissau: Entre o conflito e a democracia. *Estudos de Segurança Africanos*, 13(4), 44-56.

Findley, M., Harris, A., Milner, H. & Nielson, D. (2017). Who Controls Foreign Aid? Elite versus Public Perceptions of Donor Influence in Aid-Dependent Uganda. *International Organization*, 71(4), 633-663.

FMI (2015). *Consultas de 2015 ao abrigo do artigo IV e pedido de acordo trienal no âmbito da facilidade de crédito alargado — comunicado de imprensa, relatório do corpo técnico, e declaração do administrador para a Guiné-Bissau*. <https://www.elibrary.imf.org/downloadpdf/journals/002/2015/194/002.2015.issue-194-pt.xml> Acedido a 25 de setembro de 2023.

Fonseca, J. (2002). *Apostila de metodologia da pesquisa científica*. Universidade Estadual do Ceará. <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf> Acedido em 22 de setembro de 2023.

Frigo, D. (2008). Mantua: Política y diplomacia. In Millan, J. & Visceglia, M., *La monarquía de Felipe III, IV: Los Reinos* (pp. 1178-1203). Madrid: Fundacion MAPFRE.

Garcia, V. (2007). *A dimensão social dos processos de integração regional: as estratégias do Mercosul e da União Europeia*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Maria, orientada por Ricardo Antônio Silva Seitenfus, Santa Maria, Brasil.

Gonçalves, S. (2004). *A política educativa de envio de estudo antes para instituições de ensino externas como estratégia de desenvolvimento caso africano*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão da UTL, para obtenção do título de mestre, orientada por João Alfredo Reis Peixoto, Lisboa.

Guiné-Bissau. *Constituição da República da Guiné-Bissau de 1996*. https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf Acedido a 22 de setembro de 2023.

Greenwald, C.B. & Stiglitz, E.J. (2015). *Por uma sociedade de aprendizagem. Repensar o crescimento, o desenvolvimento e o comércio livre*. Lisboa: Bertrand Editora.

Hebling, M. L. (2015). Partidos políticos e política externa durante a administração Lula. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 24(2), 49-60.

Hurt, S. R. (2004). The European Union's external relations with africa after the Cold War: aspects of continuity and change STEPHEN R. HU RT: Aspects of continuity and change. In *Africa in International Politics* (pp. 167-185). Routledge.

Indi, N. O. (2022). *Análise da política externa da Guiné-Bissau na CEDEAO (2012-2021)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, orientado por Mariana P. O. de Lyra, São Francisco do Conde.

Instituto Nacional de Estatística (Mozambique) (2009). *Sinopse dos resultados definitivos do 3º recenseamento geral da população e habitação*: Nampula (Vol. 9). Instituto Nacional de Estatística.

Jordaan, E. (2017). Collective security in Africa: The tension between theory and practice. *Strategic Review for Southern Africa*, 39(1), 160-184.

Kenneth-Divine, P. (2023). *The role of diplomacy in achieving the Sustainable Development Goals*. <https://www.investmentmonitor.ai/comment/sdgs-role-of-diplomacy-in-achieving-the-sustainable-development-goals/?cf-view> Acedido em 23 de setembro de 2023.

Lee, D. (2013). African agency in global trade governance. In *African agency in international politics* (pp. 34-48). USA: Routledge.

Lima, D. (2022). *Junta Militar toma o poder em golpe de Estado na Guiné-Bissau – 12 de abril de 2012*. <https://relacoesexteriores.com.br/golpe-estado-guine-bissau/> Acedido a 25 de setembro de 2023.

Lindner, S. (2014). *Overview of corruption and anti-corruption in Kenya*. London: Transparency International.

Magalhães, J. (1995). *A Diplomacia pura*. Lisboa: Bizâncio.

Magalhães, J. (2013). *Manual Diplomático (3.ªed.)*. Lisboa: Bizâncio.

Martins, V. & Brito, V. (Coord.) (1995). *Portugal XXI- Cenários de desenvolvimento*. Lisboa: Bertrand Editora.

Matasci, D., Jerónimo, M. & Dores, H. (2020). *Education and Development in Colonial and Postcolonial Africa Policies, Paradigms, and Entanglements, 1890s–1980s*. <https://library.oapen.org/bitstream/id/31bff8ef-d42b-4ebd-ae0-ff03fd0a438b/1007147.pdf> Acedido a 24 de setembro de 2023.

Ministério da Economia do Plano e Integração Regional [MEPIR] (2011). *Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*. https://fecong.d.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf Acedido a 22 de setembro de 2023.

Mongiardim, M. (2007). *Diplomacia*. Coimbra: Ed. Almedina.

M'bundé, D. (2016). Emancipação feminina na Guiné-Bissau na área política e social. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira orientado por Carla Susana Abrantes, Redenção.

M'bunde, T. S. (2016). Processo Decisório e Política Externa nos Pequenos Estados da Periferia: Cabo Verde e Guiné-Bissau| Decision-Making Process and Foreign Policy in Small Peripheral States: Cape Verde and Guinea-Bissau. *Mural Internacional*, 7(2), 167-185.

M'bunde, T. S. (2015). *As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada*. Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do grau de mestre, orientada por Carlos Roberto Sanchez Milani, Rio de Janeiro.

Nações Unidas (2009). *State of the World's Indigenous Peoples*. <https://desapublications.un.org/file/745/download> Acedido a 24 de setembro de 2023.

OCDE (s/d). *Working towards more effective collective donor responses to corruption*. <https://www.oecd.org/dac/accountable-effective-institutions/45019669.pdf> Acedido em 23 de setembro de 2023.

Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, 5(2), 37-48.

Ostheimer, A. E. (2001). The structural crisis in Guinea-Bissau's political system. *African Security Review*, 10(4), 45-58.

Parreira, C. P. (2007). Desvelar alguns dos Novos Caminhos para a Diplomacia Económica. *Revista Negócios Estrangeiro*, 10, 1-13.

Ponte e Sousa, P. (2019). A "diplomacia económica" na política externa portuguesa contemporânea: Problemas teórico-conceituais. *R: I/Relações Internacionais*, 61, 47-61.

PNUD (2005). Relatório do desenvolvimento humano 2005. *Cooperação internacional numa Encruzilha: Ajuda, comercio e segurança num mundo desigual*. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/2005-hdr-portuguese.2005-hdr-portuguese> Acedido a 22 de setembro de 2023.

Prantl, J. (2006). *The UN security council and informal groups of states: Complementing or competing for governance?* Oxford: Oxford University Press.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] (2021). *Relatório do desenvolvimento humano de 2020*. https://www.hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf. Acedido a 18 de março de 2022.

Ribeiro, V. (2010). A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. *Revista Oikos*, 9(2), 13-35.

Roque, S. (2009). *Peacebuilding in Guinea-Bissau: a critical approach*. https://www.academia.edu/2009051/Peacebuilding_In_Guinea-Bissau_A_Critical_Approach Acedido a 22 de setembro de 2023.

Sá, N. (2020). Política externa e igreja católica na Guiné-Bissau: Uma exploração histórica. https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2000/3/2020_arti_nemesiosa.pdf Acedido a 22 de setembro de 2023.

Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI. Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense.

Salla, M., Sá, E., Ferreira, P. & Melo, N. (2019). Relação entre saneamento básico e saúde pública em Bissau, Guiné-Bissau. *Saúde Soc.*, 28(4), 284-296.

Sambú, M. (2015). *A política económica no contexto da UEMOA: investimento direto estrangeiro na economia da Guiné-Bissau: uma abordagem*. Tese apresentada à Escola das Ciências Económicas e das Organizações, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia para obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Isabel G. C. Lorga da Silva, Lisboa.

Sangreman, C., Sousa Jr., F. D., Zeverino, G., & Barros, M. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1395/1/cesa_doc_trab_70.pdf Acedido a 22 de setembro de 2023.

Santos, M. (1989). *Guiné-Bissau: formação da nação in A construção da nação em África, os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR, Bissau, INEP.

Semedo, O. C. (2011). *Guiné-Bissau: histórias, culturas, sociedades e literatura*. Guiné-Bissau: Nandyala.

Sen, A. (2003). *O desenvolvimento como liberdade*. https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf Acedido a 22 de setembro de 2023.

Sousa, F. & Mendes, P. (coord.) (2005). *Dicionário de Relações Internacionais* (3.^a ed). Porto: Edições Afrontamento/ CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Schmidt, J. (2014). *Entre irrelevância e integração? Novos Desafios à Diplomacia no Século XXI e o Papel do EEE*. Artigo da Diplomacia da UE nº 8, novembro de 2014.

Stiglits, E.J. (2002). *Globalização a grande desilusão*. Lisboa: Terramar.

Tavares, A. (2010). *A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa.

Taylor, P. (2004). *A sala de aula de teatro: Ação, reflexão, transformação*. Routledge.

Terence, A. & Filho, E. (2006). *Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais*. XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil.

Tomé, E. (2018). *O desenvolvimento económico em África: Realizações e constrangimentos*. Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, orientada por Eduardo Paz Ferreira, Lisboa.

UN Secretary-General (2020). *Developments in Guinea-Bissau and the activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau: report of the Secretary-General*. <https://digitallibrary.un.org/record/3874494> Acedido a 22 de setembro de 2023.

Una, L. (2020). *Crises Internas e Integração Regional: O Caso da Guiné-Bissau na CEDEAO (1998-2018)*. Trabalho de Bacharelado apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde.

Vovelle, M., & Echalar, M. (2020). *A revolução francesa, 1789-1799*. São Paulo: Editora UNESP.

Woldegiorgis, E. & Doeverspeck, M. (2013). The Changing Role of Higher Education in Africa: A Historical Reflection. *Higher Education Studies*, 3(6), 35-45.

World Bank (2023). *The World Bank in Guinea-Bissau*. Overview. <https://www.worldbank.org/en/country/guineabissau/overview> Acedido a 25 de setembro de 2023.

Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods*. Thousand Oaks : SAGE.